



ELO



PORTE
PAGO

ANO VI
JUNHO/JULHO
1980
N.º 82
MENSAL
PREÇO 10\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Propriedade, Administração e Redacção
Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa, Codex

Director
J. EDUARDO L. CASCADA

Composto e impresso nas oficinas
Empresa Pública Diário Popular (EPDP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

EDITORIAL

O período conturbado que a ADFA conheceu, vivido intensamente por alguns, sentido por muitos e ignorado nas suas verdadeiras implicações por um grande número de sócios, acaba de ter o seu termo. A normalidade associativa está a ser reposta. As condições necessárias para a participação de todos os sócios e não apenas de alguns estão a ser criadas. A informação correcta sobre tudo o que se passa a nível de órgãos de decisão na ADFA passa a ter lugar.

Só com um conhecimento perfeito da orientação a nível central os sócios poderão interessar-se pela sua Associação. E uma política associativa é transparente passará a ter lugar. Só com a participação no equacionamento e resolução dos seus próprios problemas os sócios se assumirão como verdadeiros militantes da Associação. E será cumprido escrupulosamente o espírito iniciador da ADFA, com o accionamento de todos os mecanismos estatutários que garantam a participação dos associados. Só com órgãos que tenham consciência que a sua missão é única e exclusivamente servir os sócios, a ADFA se desenvolverá dentro de uma linha de independência e autonomia. E essa linha será escrupulosamente respeitada.

Todos os sócios, mas todos, terão os mesmos direitos na Associação. Todos os sócios, mas todos, constituirão uma frente para, conjuntamente com os órgãos que elegeram e os representam, fazerem valer os seus direitos. O que nos une, o que nos levou a criar e desenvolver a ADFA são os nossos problemas comuns e a nossa comum determinação em resolvê-los. Será aquilo que nos une que será valorizado e prevalecerá. Desprezaremos e relegaremos para segundo plano aquilo que nos possa dividir. Não será o diferente estatuto legal que cada um de nós neste momento tem (campanha, serviço ou não serviço) que constituirá factor da nossa divisão, antes pelo contrário, animar-nos-á a lutar por um estatuto único para todos. Não será o local geográfico que habitamos (Norte, Centro ou Sul) que constituirá motivo de desentendimento entre nós, porque a todos interessa uma ADFA forte e coesa. Não serão as diferentes opções ideológicas ou partidárias (que em cada um têm que ser respeitadas) que nos lançarão uns contra os outros, correndo o risco de criarmos tantas Associações quantos os partidos políticos existentes, porque dentro da ADFA temos uma política em comum, que é a política associativa, por todos definida e praticada.

Existem ameaças naturais à integridade da ADFA e não vamos ser nós, internamente, com os nossos desentendimentos, que vamos reforçá-las, vamos antes com a nossa unidade, combatê-las e eliminá-las.

Todos os sócios têm lugar na Associação, sem marcas nem carimbos. Mas torna-se necessário que se afirmem única e exclusivamente como sócios, o que não parece incompatível com qualquer outra actividade, política ou não, que possam desempenhar no exterior. Dos politicamente mais esclarecidos a ADFA espera o seu contributo generoso, mas não admite que a pretendam controlar egoisticamente.

Não nos parece utópico trabalhar nesta base. Pela nossa parte, órgãos sociais centrais,

(Continua na 5.ª pág.)

A ADFA TEM NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS

No passado dia 21 de Junho realizou-se mais um acto eleitoral na ADFA. Desta vez o acto limitou-se à eleição dos órgãos sociais centrais, na sequência da renúncia dos órgãos anteriores. Das duas listas concorrentes, B e C, ganhou a lista C, que ob-

teve 55,5% dos votos. A lista B obteve 43%.

Há a registar, nesta eleição, o maior número de votantes de sempre (1045), o que terá resultado directamente do período associativo especialmente fecundo que antecedeu o acto — realização de Assem-

bleias Gerais e circulação de um documento de análise associativa. Pena foi que o «Elo» não tivesse chegado a tempo e com a informação correcta, o que teria, por um lado, permitido que os sócios votassem conscientemente (em algumas de-

leções apenas acerca de uma lista) e, por outro, que votassem ainda em maior número, dando ainda uma maior prova de vitalidade da Associação.

Ficaram assim constituídos os órgãos sociais centrais:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Presidente: — Abel Artur dos Santos FORTUNA	Sócio	580
1.º Secretário: — José Luís Rodrigues de NORONHA ...	Sócio	1625
2.º Secretário: — João Pedro Valente ERNESTO	Sócio	2650

DIRECÇÃO CENTRAL

Presidente: — António Joaquim LAVOURAS Lopes ...	Sócio	2
Vice-Presidente: — Joaq. Eduardo Taquelim Lima CASCADA	Sócio	1048
Tesoureiro: — Carlos Alberto dos Santos MENDES ...	Sócio	1464
1.º Secretário: — Manuel LOPES DIAS	Sócio	379
2.º Secretário: — António Augusto de ALMEIDA SANTOS	Sócio	5157

CONSELHO FISCAL CENTRAL

Presidente: — Manuel Barbosa CARNEIRO	Sócio	34
Secretário: — Bernardino António AZEVEDO	Sócio	3
Relator: — Severino Pinto CALDAS	Sócio	1881
1.º Vogal: — João PEDRO Martins Reis Santos ...	Sócio	514
2.º Vogal: — Alberto Andrade PINTO	Sócio	618

(Continua na 4.ª pág.)

UM MARCO NA HISTÓRIA DA ADFA

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL DE 12 DE ABRIL

A Assembleia Geral Nacional realizada no dia 12 de Abril passado ficará assinalada na história da ADFA como um símbolo da sua maturidade e da consciência dos associados, exactamente no momento em que o contrário não teria deixado de ser suspeitado.

Esta Assembleia, uma das mais concorridas e mais activas, mas, ao mesmo tempo, mais serenas e mais conscientes de sempre, deixou claro que a ADFA, através da sua massa associativa, tem uma personalidade própria e bem vinculada que tem que se respeitada.

Por falta de elementos,

(Continua na 4.ª pág.)



Numa parte da sala na Assembleia Geral Nacional de 12 de Abril
Foto: FARINHO LOPES

OS ASSOCIADOS E AS ELEIÇÕES

LI no último número do nosso «ELO», um artigo sobre as eleições, ou melhor sobre a forma como os associados participaram; tal artigo pareceu, em meu entender, oportuno, pois veio pôr o dedo na ferida que se apoderou de certos sócios ou seja uma espécie de «não te rales», sobre quase todos os assuntos, que afinal de contas, lhes deviam interessar.

Na verdade é pena, por vezes, observarmos os associados que se dirigem aos serviços das Delegações, muito tempo depois de uma certa Lei, que diz respeito a D. F. A., ter sido publicada; outros dirigem-se até a organismos, que quase nada sabem de legislação para D. F. A., em vez de se informarem nas suas Delegações, onde há pessoal preparado para os elucidar correctamente sobre os seus problemas e até, muitas vezes, capaz de os resolver; verifica-se ainda, que há associados de uma determinada

Zona, que se dirigem aos serviços de outra, para resolver os seus problemas ou dúvidas, o que não é correcto. Os associados devem dirigir-se sempre e só, aos serviços da Delegação onde estão inscritos, pois é na sua Delegação que se encontra o seu processo individual.

Quanto ao aspecto concreto da participação dos associados na vida da sua Delegação, que se deve revestir de uma forma activa e mesmo exigente para com os Corpos Gerentes, será bom dizer mais uma vez, que não basta ter as quotas em dia, para que se fique descansado em casa; se o pagamento das quotas é um dever consignado nos Estatutos, nem por isso o sócio deixou de ter o dever de lutar (no bom sentido) mais e melhor pela sua Associação, há Delegações onde até se efectua uma reunião mensal, alargada a sócios; noutra, pôs-se em marcha uma campanha de angariação de fundos, para a compra de uma carrinha, para os serviços do dia-a-dia da Delegação, entre os quais pode-se citar os serviços comerciais e o transporte de associados doentes, especialmente amputados. Se por acaso houver sócios que têm críticas a fazer aos Corpos Gerentes da sua Delegação, pois doa a quem doer, as mesmas terão que ser feitas no lugar próprio, que são as Assembleias, sem insultos, nem demagogias, a fim de que, em ambiente democrático puro, se corriam dúvidas e se avance na resolução de problemas, para bem de todos.

Nesta ordem de ideias, tu que apenas tens a 4.ª classe ou menos ainda, deves aparecer mais vezes na tua Delegação; a ti caro associado, que foste oficial, hoje economista, médico, professor do ensino primário ou secundário, empregado de escritório, director de Empresa, delegado de propaganda médica, empregado de laboratório, empregado bancário, engenheiro, etc., tens uma como que redobrada responsabilidade para com a nossa Associação; o teu civismo deverá ser mais desenvolvido, devido à tua formação cultural e até científica assim com a tua experiência profissional e conhecimentos técnicos, muito poderiam ajudar a ASSOCIAÇÃO em diversos aspectos.

Na verdade, se temos alguns bons colaboradores, que têm dado o melhor de si mesmo, no sentido do engrandecimento da ASSOCIAÇÃO, é bom que se chame à atenção, a outros que não têm dado colaboração ou se a dão, é com percentagem reduzida; se todos nos alhearmos dos nossos direitos e regalias, daqui a algum tempo estaremos na mesma situação em que se encontram os Deficientes Sinistrados do Trabalho, que não é boa e dá realmente pena, vemos pessoas que trabalharam anos e anos e agora vivem quase da caridade dos familiares ou pública.

Por outro lado, é bom que se diga mais uma vez, que nós Deficientes das Forças Armadas, temos o maior respeito pelos partidos políticos por todos eles, sem quaisquer distinção, razão porque rejeitamos todo e qualquer tipo de controle ideológico-partidário da nossa ASSOCIAÇÃO, por mais subtil que se apresente aos associados; neste aspecto, desejamos que a nossa vida associativa seja sempre norteada pelos mais puros ideais democráticos, isto é, onde todos têm direitos e deveres assegurados.

ALBINO F. O. DUARTE
Sócio n.º 1383

AVISO AOS SÓCIOS

Avisam-se todos os associados que, sempre que se dirijam à ADFA, pessoalmente ou por escrito, devem fazer-se acompanhar do seu cartão de sócio ou indicar o número de associado na respectiva correspondência, pois assim facilitam grandemente os respectivos serviços.

Também é de todo o interesse para os associados dirigirem-se às Delegações das suas zonas para tratarem dos seus assuntos, pois é para isso que elas existem, descongestionando assim os serviços da Sede.

A seguir se indicam as respectivas Delegações e suas moradas:

- Rua 1.º de Dezembro, 8, 5300 — BRAGANÇA
- Rua Pedro Hispano, 1105 (ao Carvalhido), 4200 — PORTO
- Rua Adriano Pinto Bastos, 96, 98-r/c, 4760 — V. N. FAMALICÃO
- Rua José Branquinho (Quartel dos Bombeiros Voluntários), Bloco, 4, dt.º, 3500 — VISEU
- Rua Fernão de Magalhães, 429-6.º, 3000 — COIMBRA
- Rua Dr Ruivo Godinho, 2 — 6000 — CASTELO BRANCO
- Praça do Bocage, 109 (Antiga Arca Doce), 2900 — SETÚBAL
- Rua de Machede (Edifício do DRM), 7000 — ÉVORA
- Rua de S. Pedro, 30, 8000 — FARO
- Rua Ernesto do Canto, 22, 9500 — PONTA DELGADA
- Câmara Municipal, 9700 — ANGRA DO HEROÍSMO

Conselho Nacional de Reabilitação vai criar estrutura organizativa para a comemoração do Ano Internacional do Deficiente

Conforme noticiado no outro local deste número, o Conselho Nacional de Reabilitação (depois de um ano de inoperacionalidade) está novamente em actividade, apto a reunir com regularidade. Assim sucedeu já no dia 11 de Julho e vai suceder no dia 30 do mesmo mês, em que reunirá para «debate sobre a metodologia a observar para a criação de uma estrutura organizativa de âmbito nacional para a comemoração do Ano Internacional do Deficiente» e para «apreciar e aprovar o

relatório apresentado pelo grupo de trabalho sobre Trabalho Protegido e do projecto de diploma subsequente».

Este grupo de trabalho tem vindo a funcionar há mais de um ano no SNR e dele tem feito parte um representante da ADFA. As conclusões a que este grupo de trabalho chegou revestem-se da maior importância, já que se pretende encontrar uma solução de integração profissional para aqueles grandes deficientes que não a conseguem através do mercado normal de trabalho.

O ponto relativo ao Ano Internacional do Deficiente (1981) reveste-se igualmente de grande importância, já que é o Secretariado Nacional de Reabilitação que está incumbido de coordenar todas as actividades de âmbito nacional decorrentes desta comemoração, em ligação com os organismos internacionais que a promovem.

DELEGAÇÃO DE PONTA DELGADA

Deslocou-se a Lisboa, no passado dia 14 de Julho, um elemento da Direcção da Delegação da ADFA em Ponta Delgada (Açores), tendo realizado uma reunião de trabalho com a Direcção Central a fim de resolver alguns problemas pendentes daquela delegação.

chegou a hora da verdade, e os sócios souberam o que quiseram para a sua Associação, votaram na lista independente, votaram na ADFA.

Jogando com a desinformação em conluio com os Órgãos há um ano eleitos (mal eleitos para a ADFA), não saiu desde Fevereiro, excepto uma vez, chegando depois das eleições, e de mais atrocidades cometidas, os sócios, ao clarificarem a situação, puseram termo à incompetência, desonestidade, parasitismo, etc., etc.

jamais vivido na Associação.

Houve um ano de luta em que os sócios foram envolvidos em três Assembleias Gerais Nacionais e um acto eleitoral, cujo objectivo era pôr fim a tudo isto, e conseguiu-se.

Vamos trabalhar, há muito para fazer, ajudemos os novos Órgãos sem obstrução e ajuizemos então o que foi feito e o que não foi feito, exigiremos o cumprimento do seu programa e então depois far-se-á justiça.

JOSÉ DA ATALIA

A CLARIFICAÇÃO

A ADFA, ao longo da sua existência, e que já são mais de 6 anos, conta com bastante experiência associativa se tivermos em conta todas as vicissitudes decorrentes desde a sua criação até aos nossos dias.

A Associação continua uma chama viva e recentemente tivemos prova disso com a participação activa e massiva em Assembleias Gerais Nacionais que tiveram lugar em Lisboa e Porto, bem como o acto eleitoral desencadeado por estas e que teve lugar no dia 21 de Junho para a eleição dos Órgãos Sociais Centrais.

Como a maioria da massa associativa tem conhecimento, a nossa Associação tem sido cobichada pelos vários partidos políticos, através dos seus membros, e que são os seus associados, com o principal objectivo de dividir os deficientes das Forças Armadas e pôr a sua organização ao serviço de um projecto partidário que nada tem a ver com a nossa justa luta que é fundamentalmente pugnar pelos nossos legítimos direitos — a reabilitação e reintegração social plena.

Com as eleições de 21 de Junho a Associação dos Deficientes das Forças Armadas retomou os objectivos bem concretos e definidos, e que levaram à sua criação como organização defensora intransigente dos direitos dos seus filiados, e é bastante lamentável que pessoas com algum curriculum associativo tenham apenas posto os seus interesses partidários acima dos interesses da A.D.F.A. e consigam manobrar muitos associados honestos e pouco esclarecidos dos seus objectivos.

Os Órgãos Sociais Centrais eleitos no passado dia 21 de Junho são os que ajudaram a fundar a nossa Associação com a pureza dos princípios a que ela deve presidir não a deixando adulterar por pessoas, cujos objectivos, como atrás ficou vincado, não podem servir a esta. Nestas eleições foram postas as cartas na mesa, uns que defendiam um projecto partidário bem definido para a Associação em que esta seja mandatada do exterior, outros que defendiam uma independência total do poder político e sirva unicamente os interesses dos D.F.A. e seja orientada por estes. Ora

POR MOTIVOS PROFISSIONAIS

TESOUREIRO DA DIRECÇÃO DA ZONA SUL CESSA AS SUAS FUNÇÕES

Por motivos de ordem profissional (frequência de um curso militar), o associado José Plácido Rodrigues de Almeida, que tem pertencido à Direcção da Zona Sul cessou as suas funções naquele órgão.

São dele as palavras que, através do «ELO», pretendeu dirigir aos sócios daquela Zona.

«Através do nosso Jornal quero agradecer a todos os sócios que ao longo de três anos e meio me ajudaram a desempenhar o lugar de Tesoureiro da Zona Sul,

o que só foi possível com a vossa ajuda e principalmente a dos trabalhadores, que ao longo desses anos souberam com o seu esforço ajudar a engrandecer a NOSSA ASSOCIAÇÃO. É certo que por vezes houve divergências, mas isso é normal. Qual é o serviço em que isso não acontece? Mas, felizmente, tudo soube-mos tornar e hoje existe uma sã camaradagem. Para todos me despeço com carinho e amizade. P. S. Se alguns precisarem de mim, pois estarei sempre ao vosso dispor.»

OFICINA DE TIPOGRAFIA DA ADFA

EXECUTA TODOS OS TRABALHOS DE TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO

Rua Artilharia Um — Tel. 653593 — LISBOA

JORNAL «ELO»

CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO E ASSINATURAS

— COLABORA

1.º CONCURSO DE PESCA DA DELEGAÇÃO DO PORTO

A Delegação do Porto vai realizar o seu primeiro concurso de pesca no próximo dia 13 de Setembro. A concentração dos participantes terá lugar na delegação às 8 horas. Para mais pormenores, os interessados deverão dirigir-se à Delegação do Porto.

PÁGINA CULTURAL

Sendo a poesia uma das mais vitais formas de participação cultural o «Elo» ao longo dos seus quase cinco anos de vida tem-lhe dedicado um especial carinho, tendo por esta página passado não só os mais consagrados poetas como também aqueles que pela primeira vez viram publicado um poema seu.

Na continuação da linha seguida pelo nosso «Elo», aguardámos o envio dos vossos poemas.

OS PARAÍSO ARTIFICIAIS

Na minha terra, não há terra, há ruas;
mesmo as colinas são de prédios altos
com renda muito mais alta.

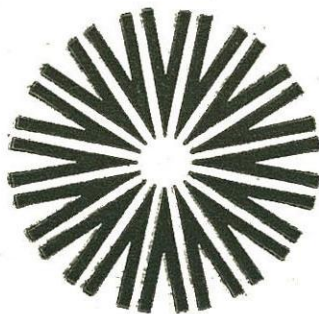
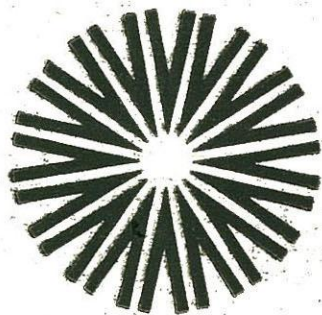
Na minha terra, não há árvores nem flores.
As flores, tão escassas, dos jardins mudam ao mês,
e a Câmara tem máquinas especialíssimas para
[desenraizar as árvores.

O cântico das aves — não há cânticos,
mas só canários de 3.º andar e papagaios de 5.º
E a música do vento frio nos pardieiros.

Na minha terra, porém, não há pardieiros,
que são todos na Pérsia ou na China,
ou em países inefáveis.

A minha terra não é inefável.
A vida na minha terra é que é inefável.
Inefável é o que não pode ser dito.

JORGE DE SENA
Pedra Filosofal (1952)



DIA DE CHUVA NA CIDADE

Dia de chuva na cidade
triste como não haver liberdade.

Dia infeliz
com varões de água
a fecharem o mundo numa prisão.
E alguém a meu lado com voz murmura que diz:
«está a cair pão.»

Ah! que vontade de gritar àquela criança seminus
sem pão nem sol de roupa:
«Eh! pequena! Deita-te na rua
e abre a boca...»

(Dia em que urdo
este sonho absurdo.)

JOSE COMES FERREIRA
— Café (1945-1946-1947-1948),
in Poesia III (1961),
Ext. da 6.ª ed., 1975.

ENGARRAFAMENTO

Luzes! amarelo
entre o verde
e o encarnado
é o elo.
Enervado
fuma mais um cigarro.
Parado
está o carro.
Carros, muitos carros,
carros, muitos cigarros.
Buzinas,
fortes e finas.
Só um apito
no meio desse infinito
no meio desse cruzamento
com tão grande movimento
e tão pequeno andamento.
Sinais,
muitos sinais,
muitos gestos,
sinais banais,
buzinas e protestos,
confusão,
poluição,
avenidas,
avenidas sem saídas,
multidão,
aflicção,
nervos, nervos
em grandes acorvos.

fotografia
do dia-a-dia.

ANTÓNIO SAN PAVO DE ARAÚJO
— in Diário de Notícias, 11-5-1972

A CIDADE

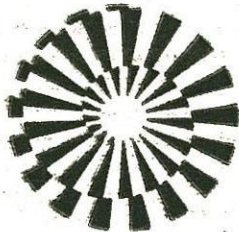
A cidade é um chão de palavras pisadas
a palavra criança a palavra segredo.
A cidade é um céu de palavras paradas
a palavra distância e a palavra medo.

A cidade é um saco, um pulmão que respira
pela palavra água, pela palavra brisa.
A cidade é um poro, um corpo que transpira
pela palavra sangue, pela palavra ira.

A cidade tem praças de palavras abertas
como estátuas mandadas apear.
A cidade tem ruas de palavras desertas
como jardins mandados arrancar.

A palavra sarcasmo é uma rosa rubra
A palavra silêncio é uma rosa chá
Não há céu de palavras que a cidade não cubra
não há rua de sons que a palavra não corra
à procura da sombra duma luz que não há.

JOSE CARLOS ARY DOS SANTOS
(In O Nosso Amargo Cancioneiro,
organizado por José Viale Moutinho, 2.ª ed., 1973)



A FORMA JUSTA

Sei que seria possível construir um mundo justo
As cidades poderiam ser claras e lavadas
Pelo canto dos espaços e das fontes
O ar e o mar e a luz estão prontos
A saciar a nossa fome do terrestre
A terra em que estamos se ninguém a traçoasse
[proporção

Cada dia a cada um a liberdade e o reino
Na concha na flor no homem e no fruto
Se nada adoecer a própria forma é justa
E no todo se integra como palavra em verso
Sei que seria possível construir a forma justa
De uma cidade humana que fosse
Fiel à perfeição do Universo
Por isso recomeço sem cessar a partir da página
[em branco
E este é meu ofício de poeta para a reconstrução
[do Mundo.

SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN
— in Diário de Notícias 13-1-1977



Outros aspectos da Assembleia

Foto: FARINHO LOPES

ASSEMBLEIA GERAL

(Continuação da 14.ª pág.)

já que os actuais órgãos sociais centrais não dispõem das actas, tanto desta Assembleia como da que se realizou no dia 17 de Maio (desconhecendo-se, inclusivamente, se chegaram a ser elaboradas), não é possível, neste número, fornecer todos os elementos que possam informar os sócios sobre a forma como decorreu e sobre as respectivas deliberações. No próximo número do «ELO» serão publicados todos esses elementos.

Entretanto, conforme noticiado noutra local deste número, pode-se adiantar que a Assembleia deliberou que a ADFA se demarcava do Congresso Nacional de Deficientes que se realizava no dia 18 de

Abril, e fê-lo através da aprovação de uma proposta que vem transcrita também noutra local deste número a propósito do congresso. Da ordem de trabalhos constava ainda a análise de outros aspectos da vida associativa que veio a transitar para uma segunda sessão da Assembleia que teve lugar, em Lisboa, no dia 3 de Maio. Nesta segunda sessão, no âmbito da análise de várias questões de ordem associativa, foi aprovada uma moção de desconfiança aos órgãos sociais centrais e foi marcada uma nova Assembleia para o dia 17 de Maio no Porto, a fim de se proceder à sua destituição. Nesta última, foi marcado o acto eleitoral que veio a realizar-se no dia 21 de Junho, já que

os órgãos haviam renunciado aos seus mandatos.

Associativamente, este processo foi muito fecundo, já que os problemas existentes a nível de orientação da Associação tiveram a sua discussão e resolução no local mais indicado, que é a própria Assembleia, órgão em que todos os sócios têm lugar e por isso o órgão supremo e mais representativo da ADFA. Foram, afinal, quatro Assembleias no espaço de dois meses já que a Assembleia Geral Nacional do dia 12 de Abril foi convocada por deliberação da Assembleia Geral da Zona Norte, realizada no dia 15 de Março, onde uma primeira abordagem da orientação central da Associação foi feita.

O CONGRESSO QUE A ADFA AINDA NÃO TEVE

A ADFA demarcou-se do Congresso Nacional de Deficientes, o que foi pena. Mas não podia ter sido de outra forma conforme noutra local deste número se refere. E uma das razões que pesou nesta decisão da ADFA foi a ainda não realização do seu próprio congresso.

Prevista nos Estatutos a realização com regularidade de congressos na Associação, subordinada ao tema da reabilitação e da integração social, a ADFA, até à data, ainda não realizou nenhum.

Mas torna-se necessária e urgente a realização de um congresso da Associação. Os órgãos sociais centrais inscreveram-no como objectivo fundamental do seu programa e vai, pois, ter lugar.

Mas um congresso na ADFA terá que ser participado. Toda a estrutura associativa deve movimentar-se no sentido de garantir que os trabalhos decorrerão da forma mais rentável. Toda a massa associativa deve participar na

sua preparação para que as conclusões encontradas sejam uma tradução correcta dos anseios de cada um e de todos.

Um congresso da ADFA terá que ser essencialmente um acto de trabalho e reflexão. Terá que ser isto acima de tudo, acima de quaisquer pompas e ostentações. O caminho mais curto para a integração social dos deficientes é a sua consciencialização e a sua determinação. E a forma mais segura de conseguir a é empreendê-la eles próprios, tomá-la nas suas próprias mãos, senti-la, mesmo que seja tarefa du-

ra e espinhosa. Só encarando a realidade de frente é que o homem consegue exercitar as suas inesgotáveis forças e vencer os obstáculos.

Parece-nos que não erraremos se afirmarmos que a metodologia utilizada pelos Deficientes das Forças Armadas, no âmbito da ADFA, tem sido exactamente esta. Quanto aos resultados, até agora, poderão não ser óptimos, mas não nos envergonham. Pela prática e pelo trabalho poderemos conseguir melhor. O congresso que temos que realizar poderá fornecer disso já uma prova.

DIRECÇÃO CENTRAL DESLOCA-SE ÀS ZONAS PARA REUNIÕES DE TRABALHO COM AS RESPECTIVAS DIRECÇÕES

A Direcção Central decidiu deslocar-se às zonas (Norte, Centro e Sul) a fim de, conjuntamente com as Direcções regionais, analisar os vários problemas com que a Associação se debate. Assim, deslocou-se a Évora no passado dia 16 de Julho e ao Porto no dia 24 do mesmo mês, prevendo-se para breve a sua deslocação à zona Centro. Com esta sua actuação, logo no início do mandato, a Direcção Central pretende criar condições para que haja uma maior e mais activa participação dos órgãos regionais e locais na orientação da Associação e que se verifique uma maior sincronização de métodos de trabalho.

LÊ ASSINA DIVULGA

NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS

(Continuação da 1.ª pág.)

Os resultados eleitorais, muito diferentes de delegação para delegação, revelam, nesta falta de uniformidade, a própria irregularidade associativa que caracterizou este último ano na ADFA.

É o seguinte o quadro dos resultados:

este último ano na ADFA.

SEDE E DELEGAÇÕES	LISTAS E VOTOS				OBS.
	B	C	NULOS	BRANCOS	
LISBOA	105	71	—	—	176
PORTO	28	234	3	1	266
FAMALICÃO	31	60	—	—	91
BRAGANÇA	2	23	—	—	25
COIMBRA	56	2	1	—	59
VISEU	105	20	—	—	125
C. BRANCO	34	3	—	—	37
ÉVORA	10	26	1	—	37
FARO	12	11	—	1	24
SETÚBAL	8	23	—	1	32
P. DELGADA	48	75	7	—	130
A. HEROÍSMO	11	32	—	—	43
Total	450	580	12	3	1045

SÓCIOS DE PONTA DELGADA CONTRIBUEM COM SUBSÍDIO PARA A DELEGAÇÃO

A pedido da Delegação de Ponta Delgada (Açores), publica-se a seguir a relação dos sócios que durante os meses de Maio e Junho contribuíram com um subsídio para aquela Delegação.

António Paiva Costa, sócio n.º 5911	2000\$00
José Joaquim Pereira, sócio n.º 6710	70\$00
Jeremias Pereira Locádio, sócio n.º 7034	320\$00
Manuel Duarte Estrela Sousa, sócio n.º 7764	320\$00
Victor de Medeiros Sousa Poim, sócio n.º 5814	320\$00
Jesuina Cabral de Medeiros, sócio n.º 6128	70\$00
Ángelo Humberto de Rego Borges, sócio n.º 6879	320\$00
António Jacinto Vales, sócio n.º 7480	70\$00
Norberto Duarte Botelho, sócio n.º 7766	320\$00

ESCOLA DA ADFA AVISO

Avisam-se todos os sócios que tenham o Curso Geral dos Liceus (antigo 5.º ano) incompleto, e queiram completá-lo, que devem dirigir-se ao Departamento de Educação e Cultura da A. D. F. A. das 15H00 às 18H00, pois na nossa escola irá funcionar uma classe especial para integrar estes alunos no novo curso geral. As inscrições estão abertas até ao dia 15 de Setembro de 1980.

O DEP. EDUC. CULTURA

AVISO

Avisam-se todos os sócios inscritos na Secção de Reabilitação Profissional (Procura e Oferta de Emprego) que devem actualizar as suas moradas, bem como as suas situações profissionais.

A SECÇÃO DE REAB. PROFISSIONAL

PARA CUMPRIR

Programa dos Novos Órgãos Sociais Centrais da ADFA

Reproduzimos aqui novamente o programa da lista C que ganhou as eleições para os órgãos Sociais Centrais.

Porque se trata de um programa que foi elaborado não apenas para captar votos; porque se trata de um programa realista e foi elaborado com o objectivo de ser cumprido; porque deixou de ser o programa de uma lista e é agora o programa da Associação e de todos os associados, transcrevemo-lo neste número de «ELO» para melhor os sócios o poderem analisar e todos, em conjugação com os órgãos eleitos, se empenharam no seu cumprimento.

I INTRODUÇÃO

1. — Algumas centenas de sócios, conscientes da situação concreta em que se encontrava a ADFA de há uns tempos para cá, a qual era manifestamente preocupante, sentindo-se que a própria existência da Associação corria sérios riscos e verificando que no âmbito dos mecanismos estatutários não tinha tido lugar uma discussão proveitosa que levasse à necessária clarificação da sua orientação, subscreveram, em tempo oportuno, um documento, onde, depois da análise feita e das conclusões encontradas, apontavam soluções para que a ADFA saísse da crise em que se encontrava mergulhada, dando um salto qualitativo na sua evolução.

Este documento originou uma ampla discussão associativa, nomeadamente através da realização de três Assembleias Gerais Nacionais Extraordinárias, e despertou a consciência dos

sócios para a necessidade de a ADFA enveredar decididamente pelos caminhos que levem à prossecução dos seus objectivos fundamentais — a reabilitação e a integração social.

Esta discussão veio pôr a descoberto a má orientação dada à ADFA por parte dos órgãos sociais centrais cessantes, em manifesta contradição com os princípios estatutários, o que levou os mesmos a afastarem-se, renunciando aos seus cargos.

Entretanto a generalidade da massa associativa interroga-se sobre a complexidade do recente período excepcionalmente intenso da vida associativa, porque não foi informada, porque o órgão de informação da Associação — o «ELO» — há meses que se encontra cancelado.

2. — Simultaneamente lutar e traumatizante; o período que se acaba de viver na ADFA deve encerrar em si uma lição exemplar e que esta lista pretende salientiar bem: que a ADFA deve ser de todos os só-

cios, mas só deles, por eles próprios guiada e orientada, rejeitando todas as intromissões estranhas à sua própria natureza.

3. — A vida associativa sofreu uma grave quebra que deve ser urgente e seriamente ultrapassada. Será uma das prioridades fundamentais dos futuros órgãos sociais centrais. Criar-se-ão de imediato condições para a reposição na normalidade associativa.

4. — Crises deste tipo, por demasiado traumatizantes, não poderão repetir-se na ADFA, pelo que serão criadas condições para que a Associação se afirme com um projecto próprio e independente, claramente distinta de qualquer força que lhe seja estranha (conforme previsto nos Estatutos), referenciando-a como uma organização única e exclusivamente ao serviço dos deficientes e da sua reabilitação e integração social.

Para tanto, será garantida uma orientação da Associação transparente que permita um controlo permanente dos actos dos órgãos sociais por parte dos sócios, evitando assim quaisquer tentativas de subversão do espírito da ADFA e o encaminhamento das suas potencialidades para fins que lhe são alheios.

II

ACTIVIDADES INTERNAS

1. — Será de imediato desencadeada a organização de um congresso da ADFA, como ponto de partida para uma nova fase da vida da Associação, que se pretende seja mais séria, mais produtiva e com menos sobressaltos. Este congresso, que passará por uma grande participação associativa, deverá:

a) — Definir a política de reabilitação e integração social dos deficientes a adoptar pela ADFA.

b) — Propor um conjunto de medidas à Assembleia Geral Nacional, necessárias à execução dessa política, nomeadamente a definição de programas de acção a nível de gestão e financeiros para a Associação e a alteração estatutária para uma melhor adequação à realidade actual da ADFA,

permitindo essencialmente uma maior participação das delegações na orientação da Associação, considerando especialmente a situação das delegações das Regiões Autónomas (Açores e Madeira).

2. — A fim de garantir que as conclusões do congresso vão ao encontro da real situação da ADFA e dos associados, proceder-se-á de imediato a um levantamento completo da situação da Associação e dos associados, a nível legislativo, emprego, educação, assistência médica e outros aspectos reabilitacionais.

3. — Dada a gravidade dos acontecimentos ultimamente vividos na Associação, os futuros órgãos sociais centrais cumprirão o dever associativo de averiguar das responsabilidades dos órgãos sociais centrais cessantes, nomeadamente acerca das acções à margem dos Estatutos e da Assembleia Geral e que possam ter acarretado um prejuízo para a ADFA, quer materialmente quer em termos de imagem pública.

4. — Serão retomados de imediato os contactos a nível governamental e militar no sentido de fazer aprovar a legislação há muito elaborada com a participação da ADFA, nomeadamente a alteração ao Dec.-Lei n.º 43/76 e Lei dos grandes deficientes.

Tentar-se-á esclarecer e resolver a questão do «cartão de lista verde» dos deficientes em serviço que veio retirar direitos anteriormente adquiridos.

Pugnar-se-á pela alteração da Lei das pensões de preço de sangue dos familiares dos militares falecidos, pondo termo a uma situação de reconhecida injustiça.

5. — No caso do Dec.-Lei de alteração do Estatuto da Aposentação, no que diz respeito ao exercício de funções públicas por parte dos deficientes, ainda não ter sido publicado, serão envidados esforços para fazer introduzir no mesmo as cláusulas que salvaguardem os interesses dos deficientes das Forças Armadas.

6. — Proceder-se-á de imediato a uma reestruturação dos serviços, em estreita ligação e sincronização com as Zonas e Delegações, recuperando a eficiência dos mesmos ultimamente perdida, especialmente a nível da sede.

7. — Proceder-se-á ao levantamento da situação das instalações da sede e delegações com a finalidade de serem desenvolvidas acções que levem a uma estabilidade neste domínio,

garantindo-se, nomeadamente, a nível de Lisboa instalações definitivas com as condições definidas já em Assembleia Geral Nacional.

III

ACTIVIDADES EXTERNAS

1. — Promover-se-á contactos com as organizações representativas dos deficientes civis, esclarecendo a posição da ADFA relativamente aos esforços a envidar por todos os deficientes para a criação de condições a nível nacional conducentes à sua efectiva reabilitação e integração social. Definir-se-á posteriormente a actuação da ADFA neste domínio através dos competentes órgãos nacionais da Associação.

2. — Serão estabelecidos contactos sistemáticos com as entidades oficiais, a nível civil e militar, criando condições para que no futuro os problemas dos deficientes das Forças Armadas sejam equacionadas e resolvidos de forma mais eficaz.

3. — Será apresentada ao Ministério da Defesa Nacional uma proposta que salvaguarde o funcionamento da C. M. R. A. (Comissão Militar de Reabilitação e Assistência) de acordo com a legislação que a criou.

4. — Desenvolver-se-á uma acção muito intensa junto do SNR (Secretariado Nacional de Reabilitação), exigindo que prossiga uma actividade mais dinâmica, de acordo com a legislação que criou este organismo e com os interesses e necessidades dos deficientes.

5. — Será levada a efeito uma informação correcta junto da opinião pública, através dos órgãos de informação, salvaguardando deste modo a imagem de isenção da ADFA e evitando quaisquer equívocos que só prejudicam os deficientes das Forças Armadas.

IV

CONCLUSÕES

Só com a participação de todos os sócios, independentemente das suas opções ideológicas, se conseguirá a defesa e desenvolvimento da ADFA como garante da solução dos problemas que afectam os associados — por este princípio se pautará a acção dos futuros órgãos sociais centrais.

Os futuros órgãos sociais centrais empenhar-se-ão no desenvolvimento de uma Associação que, com o empenhamento de todos os sócios, independentemente das suas opções ideológicas, se apresente, forte, coesa, autónoma e independente, a dialogar, de cabeça erguida, com os poderes constituídos, seja qual for a base política em que estes assentem.

Lutaremos por nós, pela reabilitação, pela criação de condições que levem à integração social efectiva de todos os deficientes sem quaisquer tipos de marginalização. É com esta luta, nós, deficientes das Forças Armadas, estamos conscientemente a ajudar a construir a sociedade mais justa que o 25 de Abril veio permitir, estamos a dar o nosso próprio contributo à sociedade que tem que contar connosco.

REUNIÃO DO NOVO SECRETARIADO NACIONAL DA ADFA

O Secretariado Nacional da Associação, cuja nova composição resulta da eleição dos órgãos sociais centrais, reúne no dia 26 de Julho em Coimbra a fim de deliberar sobre questões da sua própria competência e cuja resolução é fundamental

para o bom funcionamento dos órgãos sociais e serviços.

Essas questões prendem-se essencialmente com o facto dos órgãos sociais centrais cessantes não terem apresentado o relatório e contas relativos ao exercício de 1979 à Assembleia Geral Nacional, conforme previsto nos Estatutos (até 31 de Março), e prendem-se também com o facto de o próprio Secretariado Nacional não ter elaborado, conforme lhe compete também estatutariamente, o orçamento da Associação para 1980.

Torna-se, assim, urgente tomar as medidas necessárias para a reposição da normalidade associativa e para a revitalização da estrutura da Associação, que deverá retomar uma dinâmica própria e capaz de responder às solicitações dos sócios que continuam a verificar-se no dia a dia.

DELEGAÇÃO DE BRAGANÇA ENCERRA EM AGOSTO

Por motivo de férias, a Delegação da ADFA em Bragança encontra-se encerrada durante o mês de Agosto, reabrindo para atendimento dos associados, no início de Setembro.

LÊ
ASSINA
DIVULGA

EDITORIAL

(Continuação da 1.ª pág.)

não temos outro projecto e vamos aplicar este. Vamos aplicá-lo com determinação, porque conhecemos bem os prejuízos e traumatismos que ensaios de outros projectos mais ou menos camuflados trouxeram à Associação.

A ADFA, só possível com o 25 de Abril de 1974, viu a luz do dia ao mesmo tempo que a democracia, a liberdade e a esperança de uma sociedade mais justa, e caminhará de mãos dadas com estas suas irmãs de nascimento. Disso darão garantia os actuais órgãos sociais centrais.

Mais um período de dificuldades internas foi ultrapassado. Agora vamos ao trabalho, vamos lutar pelos nossos direitos, não permitindo que aventuras geradoras de paragens perigosas se voltem a repetir. Vamos lutar pela nossa integração social, vamos criar condições para que em Portugal o facto de se ser deficiente deixe de ser impedimento de realização humana e social plena.

A ADFA E O CONGRESSO NACIONAL DE DEFICIENTES

A VERDADE A QUE OS SÓCIOS TÊM DIREITO

Na Assembleia Geral Nacional do passado dia 12 de Abril a ADFA deliberou demarcar-se do Congresso Nacional de Deficientes que deveria ter lugar no dia 18 daquele mês.

Foi, sem dúvida, uma deliberação muito dolorosa. Mas os sócios, chamados a pronunciar-se em Assembleia Geral, só poderiam tomar esta posição. A forma como os órgãos centrais estavam a empenhar a Associação no congresso suscitava as maiores apreensões. Tratava-se de uma participação que, dentro da ADFA, atingiu foros de clandestinidade: Os órgãos nacionais da Associação, nomeadamente a Assembleia Geral Nacional, não tinham sido chamados, conforme competia, a pronunciar-se sobre a forma de participação no congresso. As Direcções da maior parte das delegações ignoravam tudo acerca do congresso. Os serviços da sede e respectivos trabalhadores assistiam ao funcionamento de uma máquina estranha que havia sido instalada no Palácio da Independência, designada Secretariado do Congresso, sem nada saberem a seu respeito. Sabia-se que havia já delegados da ADFA designados, mas não se sabia como nem por quem, já que não se tinha realizado qualquer assembleia na Associação para os eleger. Havia um cada vez maior número de associados a interrogarem-se sobre o congresso e a forma, como a ADFA ia participar, pois não tinham sido chamados a pronunciar-se e a dar, inclusivamente, o seu contributo.

Entretanto um número restrito de sócios movimentava-se activamente à volta do congresso como se de facto fosse a própria massa associativa.

Havia-se chegado a uma situação inadmissível e era legítimo que os sócios se interrogassem sobre os objectivos de uma acção verdadeiramente clandestina no interior da Associação, levada a efeito, paradoxalmente, pelos próprios órgãos que se fizeram rodear por um grupo reduzido de sócios que, entre si, teriam interesses comuns.

Assim, perante esta situação, através dos mecanismos estatutários, esta questão subiu a uma das mais importantes e mais participadas Assembleias Gerais de sempre.

Perante a falta de resposta às questões postas, perante a não eliminação da dúvida se interesses estranhos à Associação estavam a acimar os órgãos centrais neste processo de empenhamento da Associação no congresso, a Assembleia Geral viu-se obrigada

a deliberar a demarcação da ADFA.

Foi uma deliberação dolorosa, mas foi consciente. Foi tomada depois de longas horas de discussão e de tentativa de esclarecimento. Foi tomada por grande número de sócios. Foi uma deliberação com um alcance que ultrapassa o próprio congresso: significou que a ADFA não se deixa arrastar para aventuras estranhas aos seus objectivos.

Mas esta deliberação foi dolorosa porque um congresso de todos os deficientes é importante. E foi pena que a ADFA não pudesse estar presente. Isto, aliás, ficou bem frisado na própria Assembleia, através das várias intervenções.

Com a não participação da ADFA no congresso foram todos os deficientes portugueses que ficaram prejudicados. Mas a responsabilidade é dum pequeno grupo de sócios que entenderam lidar com a ADFA como se de um brinquedo de corda se tratasse.

Estes sócios prestaram um mau serviço à ADFA e a todos os deficientes. Continuaram a prestar um mau serviço depois da Assembleia Geral do dia 12 de Abril, quando primitivaram que os jornais (sobretudo «O Diário» e «Diário de Lisboa») enxovalharam a nome da Associação, catalogando a sua massa associativa como «de direita», apresentando os deficientes das Forças Armadas como adversos à emancipação, e conquista de direitos de todos os deficientes portugueses.

Os órgãos sociais da ADFA deixaram prejudicar a imagem da Associação perante a opinião pública em troca da referência a «progressismo» dum pequeno grupo de sócios.

Foi esta, ainda, a tónica do congresso: aliás lançada pela Associação Portuguesa de Deficientes, que em conferência de imprensa se substituiu aos órgãos da ADFA (não se sabe se mandatada por estes), informando deturpadamente sobre as deliberações da Assembleia Geral e classificando ideologicamente a sua massa associativa. Este «nobre» gesto de intromissão da APD nos assuntos internos da ADFA fica também registado como um «óptimo» serviço que esta Associação prestou à promoção das boas relações entre os deficientes.

O grupo de sócios da ADFA, que não conseguiu levar a Associação ao congresso, apresentou-se aí ele próprio, insistindo em representar os Deficientes das Forças Armadas (tratava-se dos delegados por

parte da ADFA que haviam sido cuidadosamente escolhidos ainda hoje não se sabe por quem), empenhando-se, conforme está registado em diversos documentos, em denegrir a imagem da ADFA, catalogando a massa associativa como elitista e inimiga dos deficientes civis.

Não se torna necessário rebater aquilo que alguns sócios da ADFA, alguns jornais e a Direcção da APD propagandearam. A posição da ADFA relativamente à emancipação dos deficientes civis, à necessidade da sua organização, à conquista dos seus direitos e à utilidade de uma conjugação de esforços com os deficientes militares é conhecida desde Maio de 1974. Basta ler os vários números do «Elo» e ter conhecimento das inúmeras entrevistas concedidas aos órgãos de informação pelos dirigentes da Associação ao longo destes anos. Note-se que foi a própria ADFA que pressionou a APD para que um congresso de todos os deficientes tivesse lugar. Foi a própria ADFA que há anos vinha convencendo a APD e a Associação dos Deficientes Sinistrados no Trabalho da necessidade de uma conjugação de esforços para melhor fazer ouvir a voz de todos os deficientes.

Quem é capaz de negar que a ADFA tem sido a obreira de todo este processo?

Só que a ADFA pretende que os deficientes se organizem, mas sejam eles próprios a fazê-lo; que lutem pelos seus direitos, mas sejam eles próprios a lutar; que exijam da sociedade a sua reabilitação, mas sejam eles próprios a exigí-lo.

Só assim os deficientes conseguirão afirmar-se. Só assim eles ganharão consciência da sua situação e serão capazes de remover os obstáculos existentes.

Antes do 25 de Abril os deficientes não lutavam, alguém simulava fazê-lo por eles, e os resultados são conhecidos. Assim como são conhecidas as intenções proteccionistas de então. O «Elo» não se tem cansado de desmontar essa problemática.

Mas hoje já não estamos em tempos de trazer os deficientes pela mão. Além disso ser errado, os deficientes não o permitem: a melhor forma de reabilitar um deficiente é dar-lhe a possibilidade de ele próprio lutar pela sua integração social — porque a vida é uma luta constante e muito especialmente no caso dos deficientes, considerando sobretudo a sociedade que temos.

Não pretendemos avan-

çar em considerações de ordem ideológica, porque respeitamos integralmente os Estatutos da Associação, mas não queremos deixar de dizer, para resumir tudo o que nesse campo poderia ser dito: os partidos políticos que se interessam pelos deficientes — o que é legítimo e só é pena que não se interessem mais — devem procurar ajudá-los e não tutelá-los — senão a reabilitação será um círculo vicioso e os deficientes não terão o seu estatuto de cidadãos plenos.

Neste artigo não se conseguiu dar uma informação exaustiva sobre o congresso porque muitos documentos haveria a citar e muitos mais comportamentos a analisar. Conseguiu-se, no entanto, pensamos, fornecer aos sócios uma ideia sucinta acerca do congresso e da posição da ADFA. Noutros números do «Elo» poderão eventualmente ser fornecidos mais elementos que possam contribuir para uma melhor compreensão desta questão, cuja verdade deve ser revelada para melhor os sócios conhecerem os perigos à que a ADFA pode estar exposta e melhor a poderem defender.

Para finalizar, transcrevemos um comunicado que 8 das 11 delegações da ADFA fizeram publicar em alguns jornais, tentando salvaguardar a imagem da Associação; depois de a Direcção Central se ter recusado a fazê-lo.

COMUNICADO

Publicaram os órgãos da Comunicação Social notícias sobre a não participação da ADFA no Congresso Nacional de Deficientes.

Porque estas notícias não foram esclarecedoras dos motivos que levaram a ADFA a tomar tal atitude, e porque algumas delas estavam completamente falsas, sem que a Direcção Central da ADFA as tenha denunciado, publicamente, apesar de instada a fazê-lo por 8 das 11 delegações da ADFA, decidiram as delegações signatárias vir a repor a verdade dos factos.

1. Não foi a ADFA que se retirou do citado Congresso mas sim a Direcção Central que foi obrigada a demarcar a ADFA das responsabilidades de organização e participação por vontade dos associados expressa numa das mais participadas assembleias gerais nacionais, realizadas em 12 de Abril de 1980. Tal demarcação foi motivada pelo facto da Direcção Central ter ilegalmente empenhado a ADFA na organização do Congresso, sem ter sido avalizada para isso pelos órgãos superiores da ADFA, ultrapassando inclusivamente opiniões de diversos órgãos regionais.

2. Esta demarcação surgiu apenas a 8 dias da data marcada para o Congresso devido ao facto de só no dia 12-4-80 se ter realizado a Assembleia Geral Nacional, depois de esgotadas internamente todas as hipóteses de participação activa e responsável da ADFA em tão importante e necessária iniciativa.

Para que se evite qualquer tipo de especulação e fique bem clara a verdade dos factos, em seguida se transcreve a proposta aprovada pela Assembleia Geral Nacional da ADFA de 12-4-80, com o voto favorável da esmagadora maioria dos sócios presentes:

— Considerando que, como resultado da forma como foi organizado o Congresso Nacional de Deficientes, a participação da ADFA neste Congresso resulta da vontade expressa dos sócios, auscultada devidamente para o efeito;

— Considerando que não foi dada possibilidade aos associados de se pronunciarem sobre a forma de organização do mesmo;

— Considerando que a nossa Associação ainda não definiu internamente uma política de Reabilitação e Reintegração Social, através da realização do seu Congresso, conforme alinea h) dos pontos 1.º e 2.º do Artigo 31.º dos Estatutos;

— Considerando que, se a ADFA se mantivesse ligada à organização deste Congresso não seria a ADFA no seu todo e através da vontade expressa da sua massa associativa que participaria, mas participariam sim alguns dos seus associados que ilegalmente se dizem

representantes de todos os associados neste Congresso.

Proponho:

1.º — Que a ADFA proponha à APD o adiamento da realização do Congresso e se até às 18 horas do dia 14-4-80 não for conseguida qualquer resposta por parte da APD, ou esta Associação discordar do adiamento, a ADFA se demarque publicamente das responsabilidades de organização e participação neste Congresso, através dos órgãos de comunicação diários e informe todas as entidades já contactadas relativamente ao Congresso, desta demarcação.

23 de Abril de 1980.

- DELEGAÇÃO DE BRAGANÇA
- DELEGAÇÃO DE FAMILICIAÇÃO
- DELEGAÇÃO DO PORTO
- DELEGAÇÃO DE CASTELO BRANCO
- DELEGAÇÃO DE SETÚBAL
- DELEGAÇÃO DE ÉVORA
- DELEGAÇÃO DE ANGRA DO HEROISMO
- DELEGAÇÃO DE PONTA DELGADA

DIRECÇÃO CENTRAL DA ADFA PEDIU ENTREVISTA AO MINISTRO DA DEFESA

A Direcção Central da Associação, logo após a sua tomada de posse, solicitou uma entrevista ao Ministro da Defesa Nacional, a fim de lhe dar conhecimento dos problemas com que os Deficientes das Forças Armadas se debatem, bem como da forma como a Associação pretende equacioná-los.

Neste pedido de entrevista, a Direcção Central aproveitou para salientar que é desejo seu estabelecer as melhores relações de trabalho com o Ministério da Defesa Nacional, pelo qual passa a resolução dos problemas fundamentais dos sócios da ADFA.

Essas boas relações, aliás, têm sido uma constante no passado e têm permitido que os Deficientes das Forças Armadas, através dos seus representantes, levem até junto do Governo

as suas preocupações, os problemas com que se debatem e, consequentemente, propostas realistas de solução. Esta constante teve, contudo, uma quebra, nomeadamente durante o mandato dos últimos órgãos sociais centrais da ADFA, em que a Associação não se fez ouvir junto do Ministério da Defesa Nacional.

Os actuais órgãos da Associação envidarão todos os esforços no sentido de estabelecer relações de trabalho proveitosas com aquele Ministério, fazendo sentir aos governantes a necessidade de resolver os problemas fundamentais dos deficientes, nomeadamente aqueles que se prendem com a publicação de nova legislação que, como é sabido, se encontra pendente há já bastante tempo.

DEVIDO ÀS FÉRIAS O «ELO» NÃO SAI EM AGOSTO

Devido à programação das férias dos trabalhadores da Sede da Associação, que teve incidência, na maior parte, no mês de Agosto, o «Elo» não sairá, como tem sucedido, aliás, nos últimos anos, no próximo mês.

PARA A COMPREENSÃO DOS ÚLTIMOS MESES NA A DFA

DOCUMENTO DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO FOI FUNDAMENTAL PARA A REPOSIÇÃO DA NORMALIDADE ASSOCIATIVA

Há vários meses que os associados vem tendo um desconhecimento quase total do desenrolar da vida associativa. O «Elo», arredado do convívio dos sócios, surgiu em Junho com tamanho reduzido, ignorando acontecimentos que entretanto haviam tido lugar na Associação e que se revestiram do maior interesse para o seu futuro. As próprias eleições para os órgãos sociais centrais, que se realizaram no dia 21 de Junho, não foram noticiadas: a maior parte dos sócios receberam o jornal depois das eleições, em violação clara dos Estatutos que nos regem.

Não sendo possível neste número do «Elo» fazer um historial completo de todos esses acontecimentos, seus antecedentes e razões, como seria de desejar — não nos compete fazer história sobre eventos tão recentes — não queremos, contudo, deixar de fornecer alguns elementos aos sócios que mais afastados têm andado ultimamente da vida associativa.

ALGUNS ANTECEDENTES

Não teria passado despercebido a muitos sócios o facto de o «Elo» de Abril de 1979 ter apresentado duas listas candidatas aos órgãos sociais centrais e, afinal, no próprio acto, apenas ter surgido uma lista. O modo como esse acto eleitoral teve lugar, sua convocação e constituição de listas, encerrou em si características que os mais elementares princípios democráticos rejeitam, mas que a grande massa associativa ignorou e, por desconhecer, aceitou e ratificou como democrático.

Surgiu desse acto um elenco directivo que, aos associados mais atentos provocava sérias dúvidas, sobre o respeito dos princípios da Associação. A prática deu forma a essas dúvidas e tornou-se necessário, para salvaguarda dos interesses da A DFA, assumir uma posição firme que, chamando a atenção dos menos atentos, criasse condições para travar a acelerada degradação da Associação.

Assim, alguns sócios, primeiro de Lisboa e do Porto e depois de todos os pontos do País, foram chamando a atenção dos órgãos para os vários erros cometidos e que iam pondo em causa a integridade da Associação nos termos em que havia sido criada.

Conforme noticiado noutro local deste número, esse processo culminou em Assembleias Gerais de fundamental importância e num acto eleitoral em que os órgãos sociais centrais foram substituídos. É de notar que este acto fica marcado com uma nódoa obscurantista a sobressair no pano de fundo democrático, claro e transparente da Associação que o 25 de Abril de 1974 tecer.

DOCUMENTO DE ANÁLISE DA VIDA ASSOCIATIVA

1 — Face à situação concreta em que se encontra a A. D. F. A. de há uns tempos para cá, a qual é manifestamente preocupante, sentindo-se que a própria existência da Associação como garantia da defesa dos interesses dos deficientes corre sérios riscos, os sócios signatários, verificando que no âmbito dos mecanismos estatutários não tem tido lugar uma discussão proveitosa que leve à necessária clarificação da sua orientação, tomam por este meio a iniciativa de colocar à disposição da massa associativa, a análise que exaustivamente fizeram, as conclusões que pensadamente acharam e as soluções que realisticamente apontam.

2 — A existência de um elevado número de Deficientes provenientes da Guerra Colonial e a dramática situação em que se encontravam os então denominados «Inválidos» das Campanhas de África e da Grande Guerra, lançou uma ampla acção de discussão e contestação, em

redor das injustiças de que eram alvo e da inexistência de estruturas capazes de os reabilitar e reintegrar como cidadãos de pleno direito. Graças ao movimento libertador do 25 de Abril de 1974, aquela acção pôde estruturar-se dando origem à criação da A. D. F. A., em 14 de Maio do mesmo ano.

Firmou a A. D. F. A. à partida, como objectivos fundamentais da sua acção, a reabilitação e reintegração social de todos aqueles que se deficientaram durante a prestação do serviço militar e afirmou-se com uma orientação associativa autónoma e independente, relativamente às forças político-partidárias e religiosas.

Posteriormente, mercê do prestígio a força alcançados a A. D. F. A. passou a ser objecto de cobiça por parte dos partidos políticos, sucedendo-se tentativas de manipulação através de alguns sócios que, acima dos interesses associativos, decidiram colocar os interesses dos próprios partidos originando dificuldades e desvios à orientação inicialmente traçada.

Salienta-se, no entanto, que as lutas pelo controle

político-partidário da A. D. F. A., se desenvolveram a um nível restrito, à margem de toda a massa associativa, pelo que se deverá, desde já, responsabilizar todos quantos estiveram em condições de desencadear, em tempo oportuno, uma discussão associativa alargada e o não fizeram, o que teria, de imediato, levado os sócios a assumir uma posição intransigente de defesa da autonomia e independência da A. D. F. A.

Nestas lutas mesquinhas consumiu a Associação muito tempo e energias, afastando da militância muitos sócios, o que impediu o seu desenvolvimento, de harmonia com o espírito da sua criação, a sua implantação com dignidade no seio da população, a sua imposição de cabeça levantada junto dos poderes constituídos e a sua organização interna em moldes adequados.

Paralelamente àquelas lutas político-partidárias, surgiram incompatibilidades entre Órgãos e Delegações, fundamentadas em fórmulas de dinâmica associativa, aparentemente acentuadas pela falta de diálogo interno franco e aberto, inadequada orgânica

associativa e inexistência de programas de acção nacionais e regionais, que em nada contribuíram para o normal desenvolvimento da A. D. F. A.

Assim e apesar de tudo, chegou a Associação a 1980, com um crescimento e desenvolvimento que nada o faria prever aquando da sua criação, deixando atrás de si um tempo de trabalho árduo, em prol dos interesses dos Deficientes em geral e dos Deficientes das Forças Armadas em particular, sem todavia ter definido, com clareza, uma política associativa sem a existência de um regulamento geral, sem ter elaborado planos de acção a curto, médio e longo prazo e sem ter assegurado a constituição de um património que permitisse não ter de passar por todo o tipo de sobressaltos.

3 — É dentro deste contexto que surgem os actuais Órgãos Sociais Centrais, que transportam para a A. D. F. A. uma orientação proveniente de fonte partidária e, por conseguinte, estranha aos ideais associativos, em tudo divorciada da massa associativa e acentuando os males de que a

Assentou muito mal esta nódoa na A DFA. Foi pior que as farsas eleitorais próprias do regime fascista, porque aí tudo era lodo, e mais mancha menos mancha pouca diferença fazia. As águas em que navega a Associação dos Deficientes das Forças Armadas são transparentes e cristalinas, brotaram da fonte do 25 de Abril, da própria fonte que lavou a grande nódoa que envolvia todo o povo português. Por isso as nódoas da A DFA sobressaem, não passam despercebidas, e entoldar toda a água cristalina, de verdade, naturalidade e democracia em que navegamos não será tarefa fácil. Negar a informação a quem pretende eleger os seus representantes é muito grave. Democracia sem informação não é democracia, é obscurantismo, é manipulação, é levar as pessoas a praticar actos inconscientemente — é um abuso. Na A DFA, que nasceu com o 25 de Abril, que não conheceu o obscurantismo do passado, isto não pode ter lugar.

Foi em defesa dos princípios da A DFA que se pretendeu travar uma aventura em curso e que se estava a reverter em graves prejuízos, em termos financeiros, de prestação de serviços aos sócios e de imagem de Associação junta da opinião pública. Alguns sócios, esquecendo os seus deveres associativos, desrespeitando os Estatutos, empenharam-se no cumprimento dos seus deveres partidários e o serviço que entenderam prestar à A DFA terá sido garantir o controlo desta pelo seu partido político.

Esta foi a questão fundamental que se pôs: a A DFA deve ou não ser controlado por um partido político (não se discute qual)?

A Assembleia Geral Nacional de 12 de Abril, uma das mais importantes e mais participadas da história da Associação, deu bem uma resposta a esta questão. As eleições do dia 21 de Junho, apesar da falta de informação, confirmaram-no. E os sócios, na sua participação na vida associativa, que se pretende activa, irão indicando a A DFA que pretendem: independente ou controlada partidariamente.

Antes da Assembleia Geral Nacional do dia 12 de Abril, um grupo de sócios havia já elaborado um documento exaustivo de reflexão sobre a vida associativa, apontando os erros existentes e as soluções a adoptar. Mais de trezentos e cinquenta sócios haviam já assinado esse documento, concordando assim com o seu teor. Foram os princípios fundamentais aí defendidos que serviram de base ao programa da Lista C que ganhou as eleições para os órgãos sociais centrais no passado dia 21 de Junho.

Transcreve-se, a seguir, a parte desse documento que contém a análise que então (Março passado) se fazia da Associação e os princípios fundamentais que se pretendia salvaguardar.

A. D. F. A. vinha enfermando.

Importantes e graves decisões foram tomadas nesta fase da Associação, desinseridas do seu espírito, à revelia da massa associativa e mesmo dos Órgãos a quem competiria decidir, das quais se salienta:

— Organização e participação activa no Congresso Nacional de Deficientes, com objectivos estranhos à A. D. F. A. tendo, para isso, os Órgãos Sociais Centrais decidido, sem previamente terem ouvido os sócios em Assembleia Geral Nacional, empenhar a Associação num «Movimento de Deficientes» que fundamentalmente irá servir interesses partidários, com todas as consequências que daí advirão para os Deficientes das Forças Armadas.

A participação da A. D. F. A. num Congresso desta natureza pressuporia, obrigatoriamente, uma profunda discussão associativa que levaria à definição dos termos de adesão da Associação e necessariamente precaveria a salvaguarda do «Estatuto» dos Deficientes das Forças Armadas, o qual com a evolução dos trabalhos do

Congresso se sente já publicamente ameaçado.

Não aproveitamos por parte da Direcção Central, das condições favoráveis verificadas a nível governamental para resolver os vários problemas pendentes de âmbito legislativo, nomeadamente a alteração do Decreto-Lei n.º 49/76 de 20 de Janeiro, alteração do Estatuto da Aposentação Pública (com prazo legalmente previsto até 31 de Dezembro de 1979), Lei dos Grandes Deficientes (para a qual havia aval do Conselho da Revolução) e Lei das Pensões de Preço de Sangue.

Do mesmo modo, inadmissivelmente, não foi tomada qualquer atitude aquando da emissão do novo cartão de lista verde, que veio retirar uma das escasas regalias que os Deficientes do Serviço vinham usufruindo.

Ao mesmo tempo, os Órgãos Sociais Centrais emolpavam, ridiculamente em público, a questão da passagem à reforma dos Deficientes Militares no activo. Não se entende a finalidade de actuações tão dispares, emolpando questões menores em detrimento

ESCOLA DA ADFA

BALANÇO DO ANO LECTIVO DE 1980 / 1981

Os meses de Junho e Julho trazem ao Departamento de Educação e Cultura um trabalho redobrado. A época de exames surge com o desfecho de todo o processo de aprendizagem que decorreu durante vários meses e onde professores e alunos tentaram dar o seu melhor na transmissão e aquisição de conhecimentos.

Agora que já passou o clima de tensão que sempre reina quando somos obrigados a prestar provas daquilo que sabemos e do que somos capazes, é possível fazer um balanço do que ficou para trás.

Auscultamos a opinião dos professores e dos alunos. Valeu a pena. Devemos e temos de continuar, melhorando e ampliando. Temos de fazer interessar os sócios pela nossa Escola.

Com mais conhecimentos e com mais habilitações é possível arranjar melhores condições de trabalho. Ficamos satisfeitos quando soubemos que foi através da Escola da A. D. F. A. que algumas dezenas de sócios conseguiram dar um passo em frente depois de frequentarem os cursos aqui ministrados. Isto dá-nos vontade de continuar e de tentar melhorar.

Todos os professores que por cá passaram mostraram o desejo de voltar e dar a sua ajuda, mesmo fora das horas estipuladas dos tempos lectivos.

Pela parte das Secções do Ministério de Educação e Cultura, com quem contactámos, temos tido o melhor acolhimento e sentimos a melhor das boas vontades em ajudar e apoiar.

Lamentamos, profundamente, que por vezes os alunos, por dificuldade de transporte, problemas familiares ou agravamento das suas deficiências sejam obrigados a ficar pelo caminho, não aproveitando a oportunidade. Muitos chegam receosos de não conseguirem acompanhar a evolução das matérias, mas

cedo concluem que recomeçar a estudar é muito mais fácil do que imaginavam. Destes, alguns chegam a «arrancar» as melhores classificações e sentem que o trauma adquirido com a deficiência, e que os levava a pensar que não podiam passar daquilo que haviam conseguido até aí, rapidamente sentem que se haviam enganado.

Olhando as pautas com as notas concluiremos que o balanço foi positivo. Dos dezasseis sócios inscritos para frequentarem o Curso Geral dos Liceus (antigo 5.º ano) nas duas secções (letras e ciências) a maioria obteve a dispensa das provas orais sem qualquer favor. Aqueles que tiveram de prestar provas orais faprovaram.

Somente três alunos não obtiveram passagem: 1 em Inglês 2 em Física-Química e 1 em Ciências Naturais e Geografia. De qualquer modo nada ficou perdido. Pela primeira vez a Escola da ADFA vai ter uma época de exames em Setembro.

Paralelamente ao Curso Geral acima referido, funcionou também o Curso Geral Nocturno especialmente concebido para o ensino de adultos e onde as disciplinas têm um cunho mais interessante e versam matérias mais do agrado do aluno adulto. Os resultados não foram tão satisfatórios. Quatro alunos viram-se obrigados a desistir por problemas de trabalho e transporte; dois reprovaram por não terem adquirido o nível necessário de conhecimentos que lhes permitiria transitar ao ano imediato. Finalmente cinco obtiveram a classificação «Apto».

O Ciclo Preparatório teve inicialmente onze sócios inscritos, mas destes, sete não chegaram a iniciar as aulas. Assim os quatro restantes, mantendo-se a par com o desenrolar das matérias conseguiram realizar as provas finais de avaliação, tendo concluído o Ciclo Preparatório.

Talvez o Curso que le-

vanta maiores problemas, por versar a iniciação ao processo de aprendizagem, é a Educação Básica.

A ADFA, conseguiu já pôr em funcionamento, além duma escola na Sede, outra na Delegação de Évora, onde o professor nos enviou o relatório sobre o decorrer do ano lectivo, e o qual transcrevemos quase na íntegra.

«O resultado pode considerar bastante positivo.

Frequentado por elementos da Associação, este curso de educação básica de adultos serviu para despertar e ampliar os conhecimentos e as potencialidades dos seus frequentadores.

O conhecimento é a relação que cada indivíduo estabelece com as coisas, com as situações ou consigo mesmo. Essa relação traduz-se, psicologicamente, numa representação mental em uma significação.

Antes de mais, conhecer é perceber, perceber o mundo, percebemo-nos a nós.

Conhecer é, em síntese, dar um significado às experiências, por forma a ultrapassar o particularismo de cada situação, conseguindo projectar as vivências individuais num plano de valores gerais e universais. Neste sentido podemos atingir não só um conhecimento lógico do mundo, através do seu significado intelectual que não é dado pela reflexão, mas também um conhecimento social, moral e estético, através dos diferentes significados que vamos conferindo às nossas experiências e vivências.

Pelo conhecimento as pessoas estabelecem, pois, relações com o mundo e consigo, relações essas que nos levam à compreensão cada vez mais exacta e mais profunda da nossa posição nos diferentes meios, bem como no universo onde nos situamos!

Foi sempre através do diálogo vivo e aberto no qual, professor e alunos se empenharam, que decorreu este período escolar.

A acção pedagógica desenvolvida foi cumprida. Problemas fisiológicos, físicos e até psicológicos são sentidos por alguns alunos.

Perante determinados estímulos esses problemas psicológicos vêm ao de cima.

É nessa altura que uma palavra amiga e confiante do professor faz desaparecer esse problema psicológico.

O aluno deve ver o professor como um amigo que o pode ajudar em todas as circunstâncias.

Gostei imenso de trabalhar com estes adultos e contribuir para a sua formação intelectual, moral, social e recreativa.

O seu gosto pela escola foi-se sempre mantendo a ponto de, alguns que fizeram o exame com aproveitamento, prosseguiram as aulas com a finalidade de adquirir mais conhecimentos, indispensáveis para poderem vencer obstáculos que se lhe venham a deparar na sua vida quotidiana.

O prosseguimento da aprendizagem foi evoluindo porque havia objectivos gerais e específicos a atingir.

Objectivos gerais

Desenvolver as capacidades de trabalho quer em grupo, quer individualmente, através da cooperação e do diálogo.

Desenvolvimento verbal, intelectual e cultural.

Reforçar a auto-confiança dos alunos, das suas potencialidades e capacidades, quer através do reconhecimento individual, quer através das suas experiências. Permitir ou alargar a tomada de consciência e preocupação em proteger a natureza o Património cultural e o bem comum.

Objectivos específicos

Desenvolver a capacidade de comunicação por meio de diversas formas de linguagem.

Ler e compreender textos que se relacionem com a sua vida diária, nomeadamente notícias, cartas de familiares, amigos, etc.

Preenchimento de impressos.

Conhecimento e desenvolvimento da ortografia através de exercícios escritos e orais.

Enriquecimento do vocabulário.

Aprendizagem das quatro operações.

Resolver problemas úteis à sua vida quotidiana, que envolvam as quatro operações e ainda o sistema métrico.

Desenvolver o cálculo mental.

Desenvolver e adquirir novos conhecimentos sobre o meio físico e social quer regional quer nacional.

Adquirir conhecimentos relativos à saúde, higiene e economia doméstica, direitos e deveres dos cidadãos.

Métodos utilizados

Foram vários os métodos empregados. Há muitos métodos, mas devem-se empregar aqueles em que os alunos apreendem com mais

facilidade os objectivos a alcançar. Métodos utilizados:

Para a leitura, o método mais rendável foi o sintético em virtude de se tratar de adultos.

No entanto também se aplicaram métodos globais, analíticos sintéticos, o método do professor e o método de alfabetização intensiva que proporciona um desenvolvimento harmonioso dos alunos; o sucesso duma aprendizagem depende do método aplicado. Ele alimentará o impacto e o entusiasmo, ou então deixará apagar a chama da aprendizagem.

Algumas formas de leitura utilizadas

LEITURA ORAL — Este tipo de leitura permite auxiliar a memorização do que se estuda. Ela permite uma melhor representação fonética das palavras e, conseqüentemente, o aumento do vocabulário.

Permite ao professor verificar os defeitos de leitura, de dicção, articulação e pronúncia do aluno habilitando-o a ajudar-se na sua autocorreção.

LEITURA SILENCIOSA — Este tipo de leitura permite uma melhor compreensão do texto, não só porque é mais rápida do que a leitura oral, por não exigir o trabalho de articulação mas também porque é menos fatigante do que aquela.

Assim cria-se o gosto pela leitura, há uma maior

concentração por parte do aluno no seu trabalho e prepara-o para a vida uma vez que no seu dia-a-dia se utiliza com frequência.

LEITURA EXPRESSIVA — É uma leitura intelectual cuja finalidade é interpretar as ideias do texto.

Cansa mais do que a silenciosa. Só se adquire quando se lê com desembaraço e haja uma boa pronúncia das palavras ou das frases, uma boa articulação das consoantes e uma boa dicção das sílabas.

Escrita

Além da leitura, a escrita também foi um factor primordial em evidência.

A escrita é um acto muito mais complicado do que a leitura, pois necessita de uma boa coordenação de movimentos que a leitura não tem, e também, a associação desses movimentos com as imagens das letras e das palavras.

A escrita é um sistema de sinais gráficos graças ao qual podemos conservar, ao abrigo das fraquezas de memória as nossas ideias, os nossos conhecimentos e os nossos meios de cultura. Na vida social, ela é diariamente utilizada na maioria das profissões e ofícios, para estabelecer e ter à disposição documentos de toda a espécie para comunicar com os nossos semelhantes pela troca de correspondência.

Devemos constatar que a escrita está em regressão em consequência da utili-

(Continua na 9.ª pág.)

OFICINA DE MARCENARIA NA DELEGAÇÃO DO PORTO EXECUTA MÓVEIS DE TODOS OS TIPOS

Entre os serviços que a Delegação do Porto mantém em funcionamento, conta-se uma Oficina de Marcenaria, já instalada desde meados de 1976.

Empregando três trabalhadores, dois dos quais são Deficientes das Forças Armadas, está esta Oficina apta a satisfazer encomendas dos mais variados tipos de móveis, desde os de estilo aos modernos, passando pelo mobiliário de cozinha, podendo suprir as necessidades dos associados neste campo.

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO «ELO» ÓRGÃO CENTRAL DA A. D. F. A.

NOME
 MORADA
 LOCALIDADE
 CÓDIGO POSTAL

Para o que junto envio a quantia:
PORTUGAL

ASSINATURA ANUAL 100\$00
 ASSINATURA SEMESTRAL 50\$00

ESTRANGEIRO
 ASSINATURA ANUAL 200\$00
 ASSINATURA SEMESTRAL 100\$00

Assinale no respectivo quadrado com um X o que lhe interessa

A verba correspondente pode ser enviada em Cheque ou Vale de Correio

Recorte e envie à
 Redacção do «ELO»
 Palácio da Independência
 Largo de S. Domingos
 1194 Lisboa Codex

ÚLTIMOS MESES NA A D F A

(Continuação da 7.ª pág.)

to dos problemas vitais dos Deficientes.

— Estranhamente, fomentaram os Órgãos Sociais Centrais a divisão dos sócios, ao impulsionarem movimentos internos, de actuação separada, dos deficientes do serviço, quando se deve ter como sagrado o princípio da unidade de todos os associados para atingir os fins em vista.

Tal atitude foi denunciada na reunião do Secretariado Nacional, efectuada no dia 27 de Outubro de 1979, no Porto, sem que a Direcção Central apresentasse qualquer tipo de justificação e o Secretariado Nacional tomasse qualquer decisão sobre o assunto.

— Impasse perigoso e preocupante em que caiu o problema da transferência da Sede da Associação, bem como instalações das Delegações, com uma clara falta de concretização do espírito das Assembleias Gerais Nacionais realizadas sobre esta matéria, de que só os Órgãos Sociais Centrais podem ser responsabilizados.

— Decisão da aplicação da condição de utilidade pública para a A. D. F. A., questão deveras complexa, que inclusivamente implica alteração estatutária, sem ter sido desencadeada a necessária discussão associativa e a respectiva deliberação da Assembleia Geral Nacional, que, necessariamente deveria ter tido lugar.

— Falta de cumprimento do programa eleitoral dos Órgãos Sociais Centrais, em vários aspectos e

especialmente na apregoada dinamização associativa e participação dos sócios.

— Desintegração do todo nacional da A. D. F. A. com a consequente quebra de relações de trabalho entre a Sede, Zonas e Delegações, devido à falta de um projecto de trabalho e desenvolvimento coerente, que englobe e faça participar as mesmas.

— Paralisação e atrofiação dos serviços centrais, provocados pelo afastamento da Direcção Central, em relação aos responsáveis e trabalhadores da Sede, devido ao distanciamento daquela dos problemas concretos que passam pelos serviços, com o consequente desencorajamento dos trabalhadores e responsáveis, provocando uma redução acentuada da produtividade dos serviços, do que são testemunhas os próprios associados, que vão sendo cada vez pior atendidos, sempre que se dirigem à Associação.

Assim se constata que os actuais responsáveis da A. D. F. A., a nível central, pretendem reduzir a Associação a uma organização de expressão sindicalista-reinvidicativa, de cariz meramente político-partidário desperdiçando as condições favoráveis de que disfruta para a resolução dos problemas concretos dos Deficientes, o que ultrapassa claramente os Estatutos e subverte o espírito inicial da Associação.

— Fuga de elementos da Direcção Central, ao cumprimento das suas obrigações como trabalhadores, surgindo a interrogação se está correcto receberem

mensalmente a remuneração de trabalhadores, sem exercerem de facto essas funções.

— Continuação de uma actuação preocupantemente passiva, por parte da Direcção Central, junto da Comissão Militar de Reabilitação e Assistência, órgão que representa uma importante conquista dos Deficientes e que, assim, vê a sua inoperância concretizada e verá a sua existência ameaçada.

— A ausência de uma política de fundo por parte da Associação junto do Secretariado Nacional de Reabilitação, organismo fundamental no difícil desbravar dos caminhos que levam à criação de condições económicas e sociais para a reabilitação e integração plena dos deficientes.

Se a criação do S. N. R. foi obra dos próprios deficientes, estes terão de ser agora os impulsionadores da sua acção, no sentido de que este organismo cumpra os objectivos legalmente estabelecidos. A A. D. F. A., neste domínio, com a actuação dos actuais Órgãos, está-se a trair a si própria.

— Indefinição de uma política financeira da A. D. F. A. que permita obstar, não só aos inconvenientes que advêm de decisões arbitrárias dos actuais responsáveis, como aos conhecidos inconvenientes da inexistência de uma estrutura económico-financeira, que garanta no futuro a autonomia e independência da A. D. F. A.

4 — É tempo de ser pos-

to ponto final em toda esta situação.

É tempo de a A. D. F. A. se assumir inequivocamente com um projecto próprio e independente que a referencie com uma força única e exclusivamente ao serviço dos Deficientes e da sua integração social, com mãos livres para dialogar com os Governos, seja qual for a base partidária em que assentem.

É tempo de a A. D. F. A. se voltar decididamente para a prosequição dos seus fins, desempenhando através da correcta organização interna dos seus serviços, um papel fundamental na resolução e encaminhamento dos mais variados problemas dos sócios, acção única no domínio das Associações do tipo em Portugal e que a faz impor pela dignidade do trabalho sério e útil que executa.

É tempo de a A. D. F. A. enveredar definitivamente pelos caminhos que lhe garantam uma vida longa e um espaço próprio para uma acção permanente e dinâmico.

Deve ficar claro, no entanto, que com o apartidarismo da A. D. F. A., aliás patente nos Estatutos, não se poderá entender uma Associação estática ou conformista, antes se pretende, efectivamente, deste modo, adquirir um dinamismo próprio, inequivocamente voltado para a integração dos Deficientes na sociedade, contando com o empenhamento de todos os sócios, independentemente das suas opções ideológicas ou partidárias.

ANO LECTIVO

(Continuação da 8.ª pág.)

zação de novos métodos que a técnica tem difundido por toda a parte: Telefone, máquinas de escrever, máquinas de calcular, etc.

De facto, nos nossos dias, a escrita manual interessa sobretudo à vida pessoal de cada um.

A escrita como meio de expressão, apresenta os mesmos caracteres que a linguagem.

Todos aqueles que falam uma língua qualquer, aprenderam-na de forma idêntica: empregam as mesmas palavras, formam as suas frases de maneira semelhante de tal modo que aqueles que falam a mesma língua os compreendem. Mas cada um tem a sua linguagem pessoal porque esta não depende apenas das palavras e das formas da língua mas também das possibilidades pessoais de a falar, possibilidades do seu temperamento, sem esquecer a influência do meio em que vive.

O mesmo acontece com a escrita: as pessoas aprendem a mesma escrita e cada uma delas tem a sua escrita própria.

Para uma boa escrita sem erros ortográficos não podemos esquecer a ortografia. Para a aprendizagem da ortografia há necessidade de associar o maior número de imagens visuais, auditivas, motrizes de articulação e motrizes gráficas.

Por isso o aluno deve escrever a palavra correctamente para evitar confusão de ideias.

Quando se fez ditado houve um estudo prévio das palavras que os alunos acharam difíceis, para evitar essa confusão de ideias acerca das palavras.

Aproveitamento

Dos 10 alunos que frequentaram as aulas, 3 con-

cluíram com aproveitamento no pasado mês de Junho.

Os exames decorreram nas instalações desta Associação. O júri foi nomeado como é normal, pela Direcção do Distrito Escolar de Évora.

Os restantes alunos também progrediram na aprendizagem mas não atingiram o necessário para poderem submeter-se a exame.

Conclusão

Será necessário tirar uma conclusão?

Fá-la-ei em poucas palavras que resumem a minha convicção.

O Professor da Escola Primária é antes de mais um educador. Se a aquisição de conhecimentos é uma necessidade que não pode ser posta em dúvida, não é a quantidade destes que importa em primeiro lugar mas a maneira como eles tiverem sido ensinados e assimilados.»

Na Sede, os problemas foram um pouco diferentes. Os alunos eram originários das ex-colónias. Optaram pela nacionalidade portuguesa e, deste modo, sentiram a necessidade de aprofundar os conhecimentos da nossa língua. Naturalmente levantaram-se problemas de comunicação entre professor/aluno, que a pouco e pouco foram sendo ultrapassados.

Finalmente concluímos que, apesar de todos os obstáculos, a escola da ADFA tem de continuar, pois ela é útil à maioria dos sócios. Temos a obrigação de colaborar mutuamente para conseguir uma melhoria no nível cultural dos sócios.

O DEP. EDUC. CULTURA

SÓCIO MORRE EM CIRCUNSTÂNCIAS TRÁGICAS

O sócio n.º 943 do ADFA, António Augusto Bento, faleceu no passado dia 13 de Junho, no Hospital Militar Principal, em Lisboa.

Este associado, pai de uma trabalhadora da Associação (sede), era um grande deficiente (surdo, quase cego e graves problemas de locomoção), via-se obrigado, ultimamente, a passar grandes períodos de tempo

no hospital, precisamente devido à sua grave deficiência que carecia de cuidados constantes.

Havia regressado, há 3 meses, da Alemanha, onde se havia deslocado para ser submetido a um tratamento que, entretanto, não surtiu qualquer efeito positivo. Perante a impossibilidade de recuperação, procurou ele próprio pôr termo à vida,

lançando-se da janela da enfermaria. Veio a falecer depois de dois dias em estado de coma.

Vítima da guerra, onde adquiriu uma doença complicada que veio a provocar-lhe aquela grande defi-



ciência, este associado não conseguiu encontrar um meio de recuperação, mesmo depois de se deslocar ao estrangeiro, procurando, no cume do seu desespero, pôr termo à sua própria existência.

Sequelas de uma guerra. Consequências que se sentiram, que sentem aqueles que suportam as deficiências adquiridas. Guerra pre-

sente na memória de muitos e avivada aquando de situações trágicas como esta.

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA COMPRA DE VEÍCULOS

Concurso para atribuição de subsídios para compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e comparticipação na compra de viatura própria.

De acordo com as normas 1/80, esteve aberto concurso até ao passado dia 30 de Junho, a atribuição de subsídios para compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e comparticipação na compra de viatura própria.

Como é do conhecimento geral só são possíveis estes subsídios graças à prestimosa colaboração da Fundação Calouste Gulbenkian que atribuiu para o corrente ano e a exemplo do ano transacto a verba de duzentos mil escudos.

ADS ASSINANTES DO «ELO»

Os assinantes do «Elo» acabam de ser lesados, por não terem recebido, ultimamente, o «Elo» com regularidade.

Porque pretendemos salvaguardar os direitos dos Assinantes, está a ser encaráda a possibilidade de a cada assinatura anual ou semestral corresponderem sempre 12 ou 6 números respectivamente.

TIRAGEM DESTA NÚMERO
8 000 EXEMPLARES

HELEN KELLER

Com a devida vénia, transcrevemos de «O Jornal», o seguinte artigo, que reproduz as palavras do fundador do Centro Helen Keller em Portugal, João dos Santos, na cerimónia de homenagem à memória daquela deficiente no passado dia 3 de Julho.

A vida do Centro Helen Keller, a sua própria existência, é hoje para mim, como se nas fantasias da minha infância eu conseguisse atingir o horizonte onde o sol emerge das trevas ou o outro, onde o sol desaparece nas águas do oceano. É o horizonte ao alcance da mão.

O horizonte é sempre fugidio; é como o ideal, algo que quando se atinge, deixa, de o ser, para se tornar numa realidade palpável. Quando tal acontece, há que atingir o novo horizonte que lá longe descobrimos, há que inventar o novo ideal, que nos não deixe estagnar ou morrer.

O horizonte — aprendi com os cegos — é aquilo que longinquamente está ao alcance da mão.

Quando, há muitos anos, começámos a fazer sair as crianças cegas do espaço confinado e sombrio dos asilos, para as levar de passeio à praia, verificámos que o limite da terra e o começo do mar era para elas como uma espécie de abismo tenebroso. A experiência que, na infância, nós, os visuais, fizemos, de tocar a água ou de banhar o corpo, na dança do ir e do voltar, no sincronismo ritmado do vaivém das ondas, não o fizeram as crianças cegas doutro tempo. Elas eram enclausuradas em casarões, com a boa intenção de lhes ensinarem a leitura de sinais isotéricos, antes de lhes ensinarem a descontinuidade dos planos, dos trilhos e do espaço. Elas não tinham lá ido ver com os pés, ver com as mãos, ver com todo o corpo, como é que limites entre terra e o mar se comportavam para com quem os desconhecesse. Os limites entre o pensamento concreto e o da fantasia das crianças cegas que, nos seus pesadelos, se situam ou numa área demasiado próxima do espaço corporal, ou na área de projecção dos seus fantasmas na esfera universal, reflecte a in experiência dum longe inatingível pelos sentidos.

Reflectindo sobre o que acontece com as crianças cegas e observando os bebés visuais, pude compreender, mais tarde, que o limite do espaço envolvente tem de ser visto com as mãos, antes que se possa ousar ver com os olhos o que está lá longe, longe de mais para ser tocado.

Também nós, como as crianças cegas, não viamos, há um quarto de século, o horizonte que hoje se cristaliza nas comemorações da fundação do Centro Helen Keller. Pressentimos talvez que havia um horizonte mas ele não ia para além dos limites da nossa cidade, ou no das praias que envolvem o nosso território. Era um horizonte que sentíamos ser ilusório, como aquele que na nossa infância quisemos ver nas longas caminhadas que o relegavam sempre para longe, para tão longe que nem o corpo nem a vista o abarcavam mais.

Éramos, há vinte e cinco anos, um grupo que acreditava na democracia e falávamos duma acção social que se não confinasse ao espaço restrito do nosso ofício de tratar doentes adultos ou crianças das escolas, antes se alargasse ao campo duma acção social que beneficiasse todos. Não era o saber que nos levava a embarcar na aventura de lançar ideias, era a sabedoria ingénua, firmada na convicção de que a realidade quotidiana das crianças cegas era demasiado pungente para ficarmos inactivos. Iamos ao encontro da realidade edescobríamos, no dia-a-dia da nossa acção, um ideal que nos disputava ao encontro.

Os meus mestres, encontrei-os na vida e alguns na escola, porque eram mestres. São os meus amigos. Aprendi mais com os meus amigos do que com aqueles que designamos por professores. Meus mestres foram muitos mas sempre homens de acção. Neste campo de trabalho pelos cegos, foram eles: Henrique Moutinho e Maria Amália Borges. Foi passageiramente Helen Keller, a cega-surda que nos visitou um dia.

Os mestres são modelos, modelos de disponibilidade. Ser ou estar disponível é ter uma vida interior que se organize em termos de deixar espaço para a sensibilidade e para a sabedoria dos outros. O encontro não é só obra do acaso, é também obra da disponibilidade recíproca,

daqueles que se encontram. O encontro depende da convicção, do que de perene existe nos nossos semelhantes.

A VISITA DE HELEN KELLER

Helen Keller não veio a Lisboa visitar-nos por acaso. Veio para perceber porque é que em Portugal nada se fazia pelos cegos-surdos e pouco pelos cegos e pouco pelos surdos. Foi o que nos disse quando chegou, e nos pediu que a ouvíssemos. O que tinha para dizer era simples e cristalinamente claro: «Apresentem-me a alguém que posa ajudar a criar uma instituição que trate dessas crianças.» Foi esta a sua lição, uma lição de poucas palavras, cuja sugestões, mais tarde vim a ter conhecimento por um dos seus escritos, lhe fora sugerido pelas palavras da professora Ana Sullivan, sobre a obra em prol dos deficientes: «Estende-lhes os braços, esquece-te de ti própria e sê fiel à tua causa. Este será o verdadeiro monumento que erguerás à minha memória.»

Para Ana Sullivan, eram os êxitos de Helen que contavam. Ela preocupava-se mais com o espírito criativo da sua discípula, do que com o que ela própria ensinava. Era «o saber das experiências feitas». Ana tinha sido uma criança pobre, órfã de mãe aos 8 anos, abandonada pelo pai e tinha ainda sofrido a perda do seu único amigo, o seu amado irmão. Ana, quase cega, tinha sido arrumada num asilo de anormais, velhos e dementes. Quase cega mas voluntariosa, escreveu um dia, aos 12 anos, ao director da Escola Perkins, onde pela primeira vez uma cega-surda, Laura Brigdan, tinha aprendido a falar com o professor Samuel Howe, anos atrás, em 1837. O caso foi classificado por Charles Dickens como «milagre». Ana escreveu assim ao professor Howe: «Eu quero ir para a Escola.» O seu apelo foi recebido, o seu ingresso na Perkins School foi atendido. Ana, quase cega, foi mais tarde operada e recuperada.

O encontro de Ana com o professor Howe não foi ocasional; havia nela a determinação de ir para a escola, havia nele a disponibilidade para educar.

Ana era, como disse Helen, «silvado ardente que nenhum vento pode destruir».

Ana, pela sua experiência vivida, rejeitava a compaixão pelos deficientes, e dizia que o crente convertido aprende apenas a falar de virtudes que não pratica. O exemplo de Ana e o de outros grandes educadores de crianças deficientes, como Jean Ytard, Eduardo Seguin e Maria Montessori, mostrarm-nos que eles se interessaram mais pela pessoa da criança, do que pel teroia da educação.

A «noite perpétua», a «escuridão» em que vivem os cegos, o «mundo do silêncio» em que vivem os surdos, são expressões que literariamente compõem os textos de pessoas que vêem e ouvem; de pessoas que ouvem os ruídos da natureza e as melodias compostas pelos homens. O drama dos cegos e dos surdos é o de viverem num mundo de pessoas que vêem e que ouvem.

Os cegos vêem a luz e, quando a não vêem, sentem o que se pode ver. Também nós vemos os sons, nos signos da nossa escrita fonética. O silêncio absoluto não existe. O organismo humano é vida e a vida não é silêncio.

As trevas, como o silêncio, são símbolos da solidão em que todos vivemos, na autonomia única do nosso ser. A solidão do silêncio e das trevas são símbolos daquilo em que todos podemos mergulhar e que tem um valor diferente para cada um de nós. Também nós vivemos na solidão, também nós vivemos na incompreensão dos outros... se não acreditarmos na natureza espiritual do homem, na existência fundamental duma vida interior.

Os sons, as formas, as cores invadem o nosso corpo, fazem vibrar as nossas entranhas e geram o imaginário. A imagem não é apenas sonora ou visual, é um mundo de linguagem que nos impregna, que é património do homem, que é a sua cultura, ora ou registada; a sua voz modela e ritmada ou escrita.

Com as crianças cegas, aprendi muito; aprendi por exemplo a diferença entre o ver e o ser visto.

Uma educadora queixou-se, um dia, numa reunião de trabalho, de que o João e a Joana praticavam jogos amorosos no corredor nos intervalos das aulas.

«Já pensou — disse-lhe eu — que a única diferença entre o que esses meninos fazem e o que nós fizemos, é que eles fazem isso às claras, porque não sabem que são vistos, e que nós aprendemos cedo a fazer o mesmo às escondidas?»

Dois meninos, um cego e um visual, batiam-se. A compaixão do visual e o medo do cego, tinham sido anulados. Os meninos cegos e visuais podiam agora amar-se.

O Manuel batia na Maria. Eram ambos cegos. «Porquê?» perguntei ao Manuel, «porque bates na Maria?» «Ela não faz o que eu digo» respondeu ele. Eles amavam-se. Falei com ela, noutro dia, é uma senhora. Perguntei-lhe de que se lembrava, acerca disso. Ela disse com um sorriso: «Ele era mau mas era o meu amigo.»

COM HENRIQUE MOUTINHO DE MADRUGADA

Comprei um dia num alfarrabista da Rua do Mundo, as obras completas do enciclopedista Diderot e li a carta sobre os cegos e a carta sobre os surdos. Li também muito do mais que Diderot escreveu e, um dia, por acaso, ou talvez não, deu-se o meu encontro com a Maria Amália Borges e com o Henrique Moutinho.

E o Centro Helen Keller?

Chamava-se primeiro Centro de Recuperação Visual e começou a funcionar em 1955 com a primeira classe de amblíopes, que a partir da Liga de Profilaxia da Cegueira fundámos, inspirados pelas ideias que vinte anos antes, Mário Moutinho tinha lançado. Como é que aconteceu?

— Foi numa madrugada, creio, porque era de madrugada que começávamos a fantasiar as ideias estranhas que nos punham em contacto com o irreal. De dia, e no começo da noite, tratávamos de coisas sérias, do quotidiano. O Henrique dizia, eu ripostava e vice-versa. O nosso princípio era o de acreditar, mesmo no irreal. Uma crença beata a crença necessária num ambiente onde se não acreditava, antes se desacreditava.

Um amigo meu dizia-me: «Andar para aí metido numas coisas que não conduzem a nada, em vez de tratares da tua vida.»

Um amigo de Henrique dizia-lhe: «Andas para aí metido com gente que te não entende, não acabas bem!»

Fora de horas já, o Henrique dizia e eu dizia e riamos-nos os dois das nossas fantasias.

Um dia, um de nós apareceu com um projecto que dava para se pedirem 150 contos à Fundação Gulbenkian. Azeredo Perdigão tinha sido o homem que, sendo secretário-geral da recente Fundação, tínhamos apresentado a Helen Keller e que tinha tido palavras de grande apreço pelas pessoas e pelas ideias de Helen, palavras que ficaram registadas no Boletim da Liga de Profilaxia da Cegueira.

Um de nós disse: «150 contos? Mas eles não vão acreditar em nós!» Era tarde já, madrugada alta, quando as ideias são mais lúcidas porque tocam o sonho e o delírio, quando a fadiga abafa as defesas conscientes e também o bom senso que a luz do sol ilumina.

«Qual quê, 150 contos? Mil e quinhentos pelo menos!» E ficou tudo assente e escrito no essencial dum projecto irrealista.

Passados dias, fiéis à nossa alienação daquele mundo céptico em que vivíamos, tínhamos um projecto que ultrapassava os 2000 contos! Soubemos, depois, que os técnicos da Fundação Gulbenkian, declarando-se incapazes de apreciar um projecto de tanta monta, o tinham enviado para Londres. E a resposta veio pouco depois: «Está correcto, podem avançar com o projecto.» E os dois mil e tal vieram, e o Centro Helen Keller começou a funcionar mais activamente.

Um dia pedimos a uma entidade internacional um subsídio para alargar o âmbito da nossa acção. Passado tempo, fomos chamados a um director-geral, que nos disse que um senhor ministro tinha mandado dizer: «Não somos um país subdesenvolvido e, portanto, não podemos receber subsídios da UNICEF». Ele, director-geral, tinha tomado o compromisso, que nos comunicava, de parar com aquela acção. Não devíamos sequer falar mais no assunto.

A saída, um de nós disse: «Você tomou alguma compromisso para não falar no assunto? Eu não, e você? Eu também não! Então vamos aí pelos cafés, contando o caso!» E rimo-nos muito como sempre, comentando jogos amorosos: «Como nos devemos sentir gratos à administração e aos burocratas, de nos permitirem a fazer ginástica! Que sorte tivemos em nascer

ALGUMAS CONCLUSÕES DO CONGRESSO DE DEFICIENTES

No seguimento do publicado no último número do «Elo» sobre as conclusões do 1.º Congresso Nacional de Deficientes, de que a ADFA se demarcou em Assembleia Geral Nacional de 12 de Abril, publicam-se a seguir mais alguns elementos que constituem, aliás, material que se encontrava já pronto na tipografia.

1 — Para novas construções

1.1 — Revisão profunda do Regulamento Geral da Construção Urbana de molde a contemplar;

1.1.1 — Condições de circulação no interior;

1.1.2 — Aceso de níveis;

1.1.3 — Ângulos de rotação;

1.1.4 — Elevadores com dimensões que permitam a utilização por deficientes em cadeiras de rodas;

1.1.5 — Betoneiras, caixas de correio, contadores eléctricos de gás e electricidade, e tomadas eléctricas, em alturas que permitam o alcance fácil de um deficiente;

1.1.6 — Portas e corredores que permitam a transposição e circulação de uma cadeira de rodas;

1.1.7 — Cozinhas e casas de banho, sempre que a habitação se destine a um deficiente, sejam funcionais para serem utilizados por aquele.

1.2 — Que os edifícios públicos ou de utilidade pública, possam ser utilizados em toda a sua amplitude por deficientes, nomeadamente em cadeira de rodas, respeitando para isso os pontos preconizados em 1.1.

1.3 — Que na construção da Habitação Social, sejam respeitados, para elNm das normas apontadas em 1.1, as seguintes:

1.3.1 — Que nos concursos, os deficientes ou famílias que tenham deficientes a seu cargo, sejam considerados prioritariamente;

1.3.2 — Quando não sejam elevadores, que lhes seja atribuído um andar térreo;

1.3.3 — Que se adapte a casa atribuída às exigências da sua deficiência.

2 — Para construções existentes

2.1 — Criação de legislação que permita ao deficiente ou sua família, que

ciente ou sua família, que viva num andar alto, e sempre que haja mútuo acordo, trocar com um inquilino do andar térreo ou mais baixo, sem que isso implique aumento de renda, mesmo que seja necessário fazer novos contratos.

2.2 — Que o indicado no ponto anterior, seja aplicado no caso das partes intervinientes na permuta serem proprietários de fracções do imóvel, podendo-se fazer novas escrituras com o mínimo de despesas para ambas as partes, mas isento do agamento de sisa.

2.3 — Que as Autarquias Locais, suportem o pagamento das verbas destinadas a adaptar uma casa para a boa circulação e utilização do deficiente como sejam:

2.3.1 — Adaptação de acessos por rampa;

2.3.2 — Substituição sempre que possível, e se necessário, do elevador por um de maiores dimensões;

2.3.3 — Colocação das betoneiras à altura ideal;

2.3.4 — Adaptabilidade e funcionalidade do espaço interior da residência;

3 — Criação de estruturas que proporcionem a defesa do meio ambiente do deficiente, evitando tanto quanto possível, que pela causa da sua deficiência ele se tenha que mudar para longe do seu meio ambiente.

Sempre que tal possa acontecer, que se ajlique o preconizado no ponto 1.3.

4 — Que se criem lares, de preferência que possam albergar mais de uma deficiência, contudo, a sua capacidade em deficientes não deverá exceder os 12 (doze) residentes.

5 — Que se crie um Grupo de Trabalho que conjuntamente com as autoridades competentes, estude e planeie o problema da habitação essencialmente para os seguintes pontos:

5.1 — Recurso à Banca Nacionalizada para concessão de empréstimo;

5.1.1 — Que a taxa de juro nunca ultrapasse os 4%, à semelhança do que já acontece com os deficientes das Forças Armadas;

5.1.2 — Que o prazo para amortização nunca seja inferior a 25 anos;

5.1.3 — Que para um capital de 1 500 contos, o empréstimo seja de 100%;

5.1.4 — Que o mesmo empréstimo seja extensivo à aquisição de terrenos;

5.1.5 — Que até ao monicais e dos táxis. Estes, para além de serem onerosos, alguns condutores têm-se recusado a transportar um deficiente em cadeiras de rodas.

Dispensamo-nos de falar no metropolitano de Lisboa, por esta Empresa, nas ampliações das gares agora efectuadas, esquecer totalmente as soluções apresentadas para o acesso de cadeiras de rodas, impedindo a sua utilização por um deficiente motor.

Apontam-se então várias medidas que deverão ser tomadas, quer no campo do transporte público e no privado, já que este facilita em muito o transporte do deficiente, por se poder adaptar a cada uma das situações, para além de proporcionar uma maior independência ao deficiente que o possui.

1 — Transporte público

1.1 — Adaptação dos autocarros da Carris por-meio de dispositivo eléctrico ou mecânico, para acesso de cadeiras de rodas.

1.2 — Adaptação das unidades da C. P., para utilização de um deficiente em cadeira de rodas.

1.3 — Adaptação das estações ferroviárias.

1.4 — Participação sempre que tal se justifique, no pagamento do passe social.

1.5 — Participação nas tarifas de longo curso.

1.6 — Distribuição de mini-bus pelas Corporações de Bombeiros Voluntários, a nível de provincia.

1.7 — Fomentar regionalmente a criação de Cooperativas, nomeadamente onde as Associações já estão implantadas para pôr em prática a circulação de mini-bus.

2 — Transporte privado

2.1 — Criação de legislação para acesso ao juro bonificado para aquisição de viatura própria.

2.2 — Que o seu pagamento possa ser efectuado em 48 prestações.

2.3 — Que os requerimentos para inspecção das adaptações, entrados na Direcção Geral de Viação sejam considerados urgentes, evitando as demoras que se têm vindo a verificar.

2.4 — Que os requerimentos para exame de condução, através de legislação a criar, tenham o mesmo tratamento que os emigrantes na rapidez de despacho.

2.5 — Criação de uma Equipa na Direcção Geral de Viação para inspecções médicas, composta por um médico de reabilitação, um médico da Direcção Geral de Saúde, um técnico especializado em condução automóvel e eventualmente um psicólogo.

2.6 — Criação de legislante de 1 500 contos, as habitações destinadas aos deficientes, sejam isentas dial.

6 — Que sejam postos de sisa e Contribuição Pre-em prática os estudos até agora guardados, e que os mesmos antes de serem aprovados sejam dados ao conhecimento das Associações que representam os deficientes, para seu estudo e eventuais alterações.

7 — Que nenhum deficiente por falta de meios económicos, não pague a renda da casa, não possa ser desalojado da sua habitação, sendo neste caso, o

Estado a suportar tal encargo.

8 — Que no recenseamento de deficientes, este inquiria das suas condições de habitação.

URBANISMO

Considerando que todo o deficiente como membro integrante da Sociedade, tem pleno direito de usufruir dos espaços verdes e da circulação da via pública, como os demais cidadãos, é, no entanto, necessário tomar algumas medidas que, à semelhança do que acontece em Tema HABITAÇÃO, não se destinam exclusivamente aos deficientes.

1 — Instalação de bancos nos passeios.

2 — Resguardos contra as intempéries nas paragens dos transportes públicos.

3 — Sinalização sonora nas paragens de peões.

4 — Rampeamento dos passeios nas passagens de peões.

5 — Vedação das obras nos passeios ou próximo delas.

6 — Acesso de cadeiras de rodas às cabines telefónicas.

7 — Cumprimento rigoroso da legislação que proíbe a obstrução dos passeios, nomeadamente à porta de estabelecimentos comerciais.

8 — Criação de legislação que estabeleça altura mínima na instalação dos toldos de estabelecimentos comerciais.

9 — Condicionar a ocupação dos passeios por parte de esplanadas.

TRANSPORTES

Na área do Transporte para o deficiente, o problema já não se pode pôr no sentido de que as medidas a tomar para os deficientes irão beneficiar os demais membros da Sociedade.

No entanto, é de todos conhecido que não há um único transporte capaz de ser utilizado por um deficiente em cadeira de rodas, à excepção dos combóios da linha de Lisboa a Casção na área do estacionamento, com oficialização do distrito identificador de estacionamento.

2.7 — Criação de legislação que isente determinado contingente mensal de combustível, destinado a cada deficiente, de todos os impostos que revertem para o fundo de abastecimento e a distribuição segundo esquema já estudado.

2.8 — Isenção do imposto de gásóleo.

2.9 — Que as despesas inerentes à adaptação de um veículo às necessidades de um deficiente, sejam suportadas pelo Estado, à semelhança do que acontece com os deficientes das Forças Armadas.

2.10 — Oficialização do Símbolo Internacional de Acesso.

HELEN KELLER

(Continuação da 10.ª pág.)

num país onde aprendemos a falar a sério de coisas sérias mesmo sem acreditarmos, nem na estupidez dos outros nem na nossa.» A verdade é que, com essa ginástica e com aquela que o meu pai me pôs a fazer desde pequenino adquiri, como se diz, uma resistência de cavalo e foi bom.

O que nos movia? Não sei bem! Moutinho não era um carreirista; fazia o que entendia dever fazer. Não nos movia o lucro, nem o prestígio académico. Comentávamos os êxitos e ríamos-nos dos insucessos. Eram festivais de ideias e arraias de interjeições, tanto com os sucessos mesmo que modestos, como com os insucessos. Eram ideias fantasistas ou eram ideias realistas que correspondiam aos objectivos do dia-a-dia. Nunca pensámos numa grande obra, pensávamos no dia de amanhã!

Foram nos de discurso ininterrupto de diálogo ameno mas obstinado. Era a obstinação que parecia inspirar-se na ideia de D. Quixote: «Cegos são os que só vêem a realidade.» Tornámo-nos especialistas de Artes e Ofícios. Arte de amar o próximo e ofícios de oficiar: relatar e propor, a uma administração surda.

MARIA AMÁLIA BORGES: «A MÃE DE FAMÍLIA»

Prestemos homenagem à Fundação C. Gulbenkian que sempre nos ouviu e ajudou.

E Maria Amália?

Era a mãe de família. O elemento sereno das horas calmas em que discutíamos com os pés na terra.

Era a idealização personificada do bom senso e do saber. Era a exigência da responsabilidade, face ao concreto. A crítica que conduzia à prática. O factor estabilizador deste barco de aventura. A vocação de educadora. A mulher que sofria e sofreu na sua decisão de emigrar na condição de órfã de Pátria, como disse o meu amigo Jorge Reis numa obra inédita.

Com Maria e Henrique e todos os cépticos e burocratas que encontrei pelo caminho, aprendi que o que conta é o murmúrio do vento sobre as copas dos pinheiros que deram a madeira para as naus que foram à Índia e às Américas; do rugir das vagas do nosso oceano que as naves enfrentaram; das vozes do povo: do chilrear das crianças cegas e das outras, que não sabem ainda que o Rei Édipo se segou por ter cometido o pecado maior.

Trocámos os três o jogar com o cepticismo dos que nos barravam o caminho, pelo desprezo pelos papéis da bolsa e pelos prédios de rendimento. E aprendemos a arte de fazer ofícios, cuja resposta era igual à do ofício anterior «per seculum seculorum».

Aprendi que o meu pai tinha razão, quando me ensinou a gostar de todos os tempos: da chuva e da tempestade; do sol tórrido do Verão e do Outono ameno; da Primavera doce e do Inverno agreste. Ele dizia: «Amanhã, domingo, vamos à praia... amanhã, domingo, vamos ao campo.» E fomos fizesse frio ou calor, chuva ou vento. Com meu pai aprendi a viver o dia-a-dia e a pôr o ideal no seu lugar devido.

É o que tenho para ensinar, é o que ensino.

E afinal aprendi o quê? Que tudo o que explica os interesses de alguns como Maria Amália e Henrique, é a necessidade do convívio humano. A ânsia dos educadores e dos mágicos de arte de curar, da arte de ensinar, da arte de amar, explica que a arte maior é a de fazer emergir na vida os seres que nascem, tal como a dos artistas é a de modelar a matéria informe.

Aprendi com os que partiram para sempre, Maria, Henrique e Hellen, a modelar «através da doença e dos defeitos da natureza, o que pela doença ou pelos defeitos, submerge a natureza humana».

Não há dois mundos, o dos que vêem e o dos cegos. Não há o mundo dos que ouvem e dos surdos; há muitos outros mundos e mundos que não comunicam!

O importante é comunicar. O importante é preparar-nos para o encontro. O encontro, e a companhia que aqueles que partiram para sempre nos continuam a fazer. O importante é trazer no coração, a vida que nos sopraram, aqueles que tinham a sabedoria.

As cinco horas da madrugada do dia um de Julho de mil novecentos e oitenta, como quando dialogava com o Henrique.

JORNAL «ELO»

CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO E ASSINATURAS

— COLABORA

PASSADO MAIS DE UM ANO O CONSELHO NACIONAL DE REABILITAÇÃO VOLTA A REUNIR

Depois de mais de um ano de intervalo (a última reunião teve lugar no dia 26 de Junho de 1979), o Conselho Nacional de Reabilitação reuniu no passado dia 11 de Julho a fim de aprovar o relatório da actividade do SNR relativo a 1979 e respectiva conta de gestão e ainda para aprovar o plano da actividade do SNR para 1980 e do respectivo orçamento.

O não funcionamento do Conselho Nacional de Reabilitação deveu-se, segundo o seu Presidente informou nesta reunião, às sucessivas mudanças de governo, em que os novos Ministros têm que confirmar ou substituir os seus representantes no Conselho.

Do relatório do Secretariado Nacional de Reabilitação relativo a 1979 destacam-se algumas acções no domínio da reabilitação é inte-

gração social dos deficientes.

Educação Especial. Foram prosseguidos estudos tendentes à definição de uma política de Educação Especial, nomeadamente através da emissão de pareceres sobre três Projectos de Lei, a pedido da Assembleia da República, tendo posteriormente desencadeado as actuações necessárias à regulamentação da Lei n.º 66/79.

Pre-Profissionalização e Aprendizagem. Funcionamento de um grupo de trabalho coordenado pelo SNR e integrado por representantes das Secretarias de Estado da População e Emprego, da Segurança Social, do Ensino Básico e Secundário e da APD.

Formação Profissional. Participação do SNR num grupo de trabalho conjuntamente com representantes dos Minis-

térios do Trabalho e da Educação e Cultura.

Educação Profissional. Intervenção do SNR, a pedido do Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual (MADI), sobre a criação de um complexo designado «Centro de Educação Profissional Integrado», destinado a jovens deficientes mentais e a ser instalado em Vila Nova de Gaia e no Porto.

Emprego. No âmbito do SNR funcionou, conforme deliberado pelo CNR em 15 de Março de 1979, um grupo de trabalho sobre trabalho protegido e do qual fizeram parte representantes do Secretariado, que coordenou, Secretarias de Estado da População e Emprego, da Saúde, da Segurança Social, da APD e da ADFA.

Acesso ao Trabalho de Deficientes nos Sectores Público e Privado.

O SNR propôs ao Ministro dos Assuntos Sociais, que aprovou, a constituição de dois grupos de trabalho interdepartamentais, coordenados pelo Secretariado, com a incumbência de estudar e propor medidas relativas ao ingresso dos deficientes na função pública e ao acesso dos deficientes ao mercado de trabalho.

Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. O SNR elaborou um estudo sobre reabilitação médica, reabilitação profissional, recolocação e pensões, que apresentou ao Ministro dos Assuntos Sociais, com o qual concordou, prevenindo-se para 1980 o desencadeamento de acções decorrentes do despacho ministerial.

Estatuto da Aposentação. O SNR, tendo tido conhecimento de que estava a ser revisto o Estatuto da Aposenta-

ção dos funcionários públicos, elaborou um estudo sobre a «Aposentação Ordinária e Regime de Acumulações» para grandes deficientes. As propostas contidas neste estudo não foram, na altura, consideradas oportunas pela Direcção Geral da Função Pública.

Subsídio Mensal Vitalício. O SNR elaborou uma proposta sobre a possibilidade de serem iniciados estudos relativos à alteração dos montantes e limites de idade de atribuição do subsídio mensal vitalício. Esta proposta mereceu despacho favorável do Ministro dos Assuntos Sociais.

Benefícios Fiscais. O SNR participou no grupo de trabalho que elaborou o projecto de Despacho Normativo n.º 63/79, sobre o estabelecimento de um critério uniforme para aplicação da Lei n.º 11/78, relativa a isenções fiscais na compra de veículos por grandes deficientes. A participação do Secretariado foi particularmente activa na definição dos conceitos de «deficientes» e de «uso próprio».

Desconto a Atribuir a Grandes Deficientes na Compra de Gasolina ou Gasóleo. O SNR propôs ao Ministro dos Assuntos Sociais a adopção de medidas especiais que salvaguardem a situação dos deficientes, nomeadamente a daqueles para quem o automóvel assume o carácter de uma prótese. Esta proposta, que previa um preço especial da gasolina e do gasóleo e uma dotação máxima mensal para cada deficiente, mereceu o despacho favorável do Ministro dos Assuntos Sociais, mas não obteve a concordância, quanto ao modo de financiamento do sistema, dos Ministros da Tecnologia e das Finanças.

Transportes Públicos para Deficientes. O SNR participou num grupo de trabalho criado pela iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, a fim de executar o que ficara decidido por um grupo de trabalho que funcionou em 1975 e 1976 sobre a utilização dos transportes públicos pelos deficientes.

Parqueamento para Veículos Pertencentes a

Deficientes. O SNR interveio junto da Câmara Municipal de Lisboa para obtenção de condições especiais para os deficientes nos parques de automóveis pertencentes àquela Câmara.

Elaboração de um «Guia Prático do Deficiente». Atendendo à necessidade de informar o público em geral e os deficientes em particular sobre os direitos e regalias legalmente já consignados aos deficientes, foi elaborado um guia contendo a legislação em vigor, a fim de ser publicado e divulgado.

PLANO DE ACTIVIDADE DO SNR PARA 1980

O Plano de actividades do SNR para 1980, aprovado em reunião do CNR de 11 de Julho, prevê várias acções no domínio da reabilitação e integração social de deficientes, das quais destacamos:

— Sensibilização da opinião pública portuguesa para os problemas da reabilitação e integração social dos deficientes.

— Trabalhos preparatórios sobre a obtenção de elementos estatísticos sobre deficientes.

— Definição das políticas sectoriais e sua articulação interdepartamental com vista à preparação das linhas gerais de uma política global de reabilitação. Neste âmbito prevê-se o desenvolvimento das várias acções já iniciadas em 1979, conforme consta do relatório:

— Proposição de medidas visando a protecção de deficientes mentais profundos.

— Proposição de medidas que visem a eliminação de barreiras arquitectónicas.

— Proposição de medidas que promovam o acesso à habitação social e à habitação própria.

— Proposição de medidas que visem a criação de um sistema de transportes públicos para grandes deficientes.

— Proposição de medidas visando a concessão de benefícios fiscais a grandes deficientes.

UMA EXPERIÊNCIA EM LISBOA

TRANSPORTES ESPECIAIS E FACILIDADES DE ESTACIONAMENTO PARA DEFICIENTES

Têm vindo a decorrer reuniões regulares de um grupo de trabalho sobre transportes para deficientes na Câmara Municipal de Lisboa.

Este grupo de trabalho é composto por um representante da própria Câmara, um representante do Secretariado Nacional de Reabilitação, um representante da Associação Portuguesa de Deficientes e um representante da ADFA.

Criado com o objectivo de encontrar uma solução de transporte colectivo de deficientes na cidade de Lisboa, este grupo veio mais tarde a debruçar-se também sobre a questão do estacionamento das viaturas dos grandes deficientes.

No que diz respeito aos transportes, foi já elaborado e entregue às entidades competentes um relatório em que se apresenta uma proposta de solução para a cidade de Lisboa, a qual passa, para já, pela entra-

da em circulação de três carrinhas «mini-bus» próprias para a utilização por deficientes que se deslocam em cadeiras de rodas.

Perante a impossibilidade de adaptação de todos os autocarros da Carris, esta solução aliás adaptada já em outros países, constituirá uma experiência que poderá ou não tornar-se definitiva, conforme os resultados alcançados.

Quanto ao estacionamento, conhecidas que são as dificuldades que aos grandes deficientes se levantam neste domínio, foram já tomadas algumas medidas, nomeadamente a reserva de alguns lugares, devidamente sinalizados, em parques de estacionamento gratuito em Lisboa. Prevê-se igualmente a utilização de parques pagos em condições especiais e a marcação de espaços próprios junto à residência e locais de trabalho dos deficientes.

Neste domínio tem-se contado ultimamente com a colaboração da Divisão

de Trânsito da PSP de Lisboa, através do seu comandante, que se tem revestido de grande interesse e utilidade para o encontro de soluções adequadas.

Numa reunião realizada no Secretariado Nacional de Reabilitação no passado dia 23 de Junho, em que participaram os elementos do grupo de trabalho atrás referido e o próprio comandante da Divisão de Trânsito da PSP, foram apontadas medidas concretas a adoptar no domínio do estacionamento em Lisboa as quais, no entanto, só poderão ser aplicadas, tanto pela CML como pela PSP, depois de publicada legislação própria sobre esta matéria. Essa legislação terá que definir, essencialmente, quais os deficientes que beneficiarão das facilidades de estacionamento e quem passará o respectivo atestado comprovativo. Caberá agora ao Secretariado Nacional de Reabilitação propor a aprovação dessa legislação.

Entretanto, quanto aos transportes, vai ser feito um inquérito aos deficientes da área de Lisboa com dificuldade de utilização dos transportes públicos actuais, a fim de se conhecer o número e localização dos mesmos (morada, local de trabalho, trajectos habituais, etc.) para definir os itinerários dos autocarros especiais.

Os deficientes serão avisados através dos órgãos de informação da realização deste inquérito e dos locais onde se devem dirigir, que serão, pode-se já adiantar, a ADFA e a APD, conforme se tratou de deficientes militares ou civis.

Esta experiência, que se pretende levar a cabo em Lisboa, servirá, estamos certos, como incentivo a outras câmaras municipais, de outros centros urbanos onde, como em Lisboa, embora com dimensão menor, o problema do transporte de deficientes e o estacionamento das suas viaturas particulares igualmente se põe.